

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

MURILO DELGADO JORGE

***TODXS, TOD@S, TODOS OU TODES?: UMA ANÁLISE DO POSICIONAMENTO DE
PROFISSIONAIS DA ÁREA DE LETRAS ACERCA DA MARCAÇÃO DE GÊNERO NO
CONTEXTO DA NÃO-BINARIEDADE***

**Bagé
2021**

MURILO DELGADO JORGE

***TODXS, TOD@S, TODOS OU TODES?: UMA ANÁLISE DO POSICIONAMENTO DE
PROFISSIONAIS DA ÁREA DE LETRAS ACERCA DA MARCAÇÃO DE GÊNERO NO
CONTEXTO DA NÃO-BINARIEDADE***

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Letras: Português e Literaturas de Língua
Portuguesa da Universidade Federal do Pampa,
como requisito parcial para obtenção do Título de
Licenciado em Letras.

Orientador: Prof. Dr. Thiago Santos da Silva

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais).

J82t Jorge, Murilo Delgado
Todxs, tod@s, todos ou todes?: uma análise do posicionamento de profissionais da área de Letras acerca da marcação de gênero no contexto da não-binariedade / Murilo Delgado Jorge.
58 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação)--
Universidade Federal do Pampa, LETRAS - PORTUGUÊS E LITERATURAS DE LÍNGUA PORTUGUESA, 2021.
"Orientação: Thiago Santos da Silva".

1. Não-binariedade. 2. Análise de discurso crítica. 3. LGBTQI+. 4. Linguagem neutra. 5. Não-binária. I. Título.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Universidade Federal do Pampa

MURILO DELGADO JORGE

***TODXS, TOD@S, TODOS OU TODES?: UMA ANÁLISE DO POSICIONAMENTO DE
PROFISSIONAIS DA ÁREA DE LETRAS ACERCA DA MARCAÇÃO DE GÊNERO NO
CONTEXTO DA NÃO-BINARIEDADE***

Trabalho de Conclusão de curso
apresentado ao Curso de
Licenciatura em Letras Português e
Literaturas de Língua, da
Universidade Federal do Pampa,
como requisito parcial para obtenção
do título de Licenciada em Letras.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 07 de maio de 2021.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Thiago Santos da Silva

Orientador

(UNIPAMPA)

Prof. Dra. Mônica Ferreira Cassana

(UFPEL)

Prof. Dra. Taíse Simioni

(UNIPAMPA)

Assinado eletronicamente por **THIAGO SANTOS DA SILVA, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 11/05/2021, às 18:38, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **TAISE SIMIONI, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 12/05/2021, às 17:50, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **Monica Ferreira Cassana, Usuário Externo**, em 13/05/2021, às 13:43, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.unipampa.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0521965** e o código CRC **7DE31105**.

Referência: Processo nº 23100.007701/2021-80 SEI nº 0521965

Para Andréia Delgado e Cleonice
Machado Brasil.

AGRADECIMENTOS

- Ao Prof. Dr. Thiago Santos, por toda sua dedicação e atenção durante o desenvolvimento deste Trabalho. Sem os seus ensinamentos, não teria chegado até aqui. Obrigado por me fazer enxergar que eu sou capaz e nunca me deixar desistir.
- À minha mãe, que dedicou momentos da sua vida para que eu chegasse até aqui. Com toda a certeza do mundo, você é minha maior fonte de inspiração. Obrigado por todo amor que sempre me dedicou.
- À minha Dada Cleonice, que hoje já não está mais aqui, mas, que contribuiu muito para que eu pudesse chegar onde estou. Você sempre será lembrada por mim.
- Ao meu melhor amigo, Pedro! Obrigado por sempre me ouvir e compartilhar comigo suas forças para que eu nunca desistisse dos meus ideais e do que acredito. Se não fosse o seu apoio e sua amizade isso não seria possível.
- Às minhas amigas Francieli Brasil e Keila Martinez por sempre me ouvir e me ajudar a acreditar em mim.

RESUMO

Neste trabalho, buscamos analisar o posicionamento de cinco profissionais da área de Letras acerca da marcação de gênero no contexto da não-binariedade, através da rede social Facebook, esta, selecionada por ser, além da maior rede social do mundo, também, a rede social com maior número de discussões acerca do tema. Como abordagem teórica utilizamos a Análise de Discurso Crítica (ADC), proposta por Fairclough (2001), que pressupõe que a análise discursiva ocorre através de três diferentes níveis, sendo eles: a) análise da prática social, b) análise da prática discursiva, e c) análise da prática textual. Com isso, entende-se que é crítica porque sua abordagem foca na relação estabelecida entre linguagem e as práticas sociais, moldando-se reciprocamente. A partir disso, nosso objetivo foi verificar de que forma e através de quais aspectos sociais e linguísticos os autores estavam embasando seus argumentos para justificar seus posicionamentos sobre a possibilidade de pronomes, substantivos e adjetivos “neutros”, numa perspectiva da língua escrita do português brasileiro. A metodologia foi desenvolvida de acordo com os princípios da ADC, embasados através dos níveis de análise já citados anteriormente. Para que pudessemos constituir o *corpus* de análise, foi necessário que pesquisássemos, por meio do campo de buscas da rede social Facebook, em páginas/grupos voltados para a comunidade LGBTQI+ e para linguística, as expressões “linguagem neutra” e “marcação não-binária de gênero”. Após a realização de tal passo, adotamos três critérios de seleção: a) o texto deveria estar em uma página pessoal, não podendo ser comentário ou página institucional, b) o texto deveria ser de autoria de um profissional de Letras e c) o texto deveria apresentar uma reflexão sobre a “linguagem neutra”. Isso resultou na escolha de cinco textos de profissionais da área de Letras. A análise se constitui na verificação de quais argumentos eram favoráveis, contrários ou não mostravam posicionamento explícito e também na identificação a partir de que campos do conhecimento eram usados para fundamentar os posicionamentos.

Palavras-Chave: Não-binariedade. Análise de Discurso Crítica. LGBTQI+. Linguagem neutra. Não-binária.

ABSTRACT

In this work, we seek to analyze the positioning of five professionals in the area of Letters regarding gender marking in the context of non-binary, through the social network Facebook, this one, selected for being, in addition to the largest social network in the world, also, the network with the greatest number of discussions on the topic. As a theoretical approach we use the Critical Discourse Analysis (ADC), proposed by Fairclough (2001), which assumes that discursive analysis occurs through three different levels, namely: a) analysis of social practice, b) analysis of discursive practice, and c) analysis of textual practice. Thus, it is understood that it is critical because its approach focuses on the relationship established between language and social practices, molding each other. From this, our objective was to verify how and through which social and linguistic aspects the authors were supporting their arguments to justify their positions on the possibility of “neutral” pronouns, nouns and adjectives, in a perspective of the written language of Brazilian Portuguese . The methodology was developed in accordance with the principles of the ADC, based on the levels of analysis previously mentioned. In order for us to constitute the corpus of analysis, it was necessary that we search, through the search field of the social network Facebook, on pages / groups aimed at the LGBTQI + community and for linguistics, the expressions “neutral language” and “non-binary markup of gender”. After performing this step, we adopted three selection criteria: a) the text should be on a personal page, it cannot be a comment or institutional page, b) the text should be authored by a professional of Letters and c) the text should present a reflection on “neutral language”. This resulted in the choice of five texts by professionals in the field of Letters. The analysis consists in verifying which arguments were favorable, contrary or did not show explicit positioning and also in the identification from which fields of knowledge were used to support the positions.

Keywords: Non-binarity. Critical Discourse Analysis. LGBTQI+. Neutral language. Non-binary.

LISTA DE ABREVIATURAS

n-b. - não-binária/o

trans. transgênero/transsexual

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. A MARCAÇÃO GÊNERO NA SOCIEDADE	16
2.1 Conceituando Gênero Social	16
2.2 Problemas de Gênero	19
2.3 Identidades Não-Binárias	23
2.4 A marcação de gênero na língua	25
3. ADC COMO ABORDAGEM TEÓRICA	27
4. METODOLOGIA	32
4.1 Critérios de seleção do <i>corpus</i>	32
4.2 Procedimentos de análise	331
5. ANÁLISE DOS RESULTADOS	35
5.1 Texto I: Sem posicionamento explícito	35
5.2 Texto II: Sem posicionamento explícito	39
5.3 Texto III: Posicionamento contrário	40
5.4 Texto IV: Posicionamento contrário	42
5.5 Texto V: Posicionamento contrário	44
5.6 Resultados e Relações	45
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	47
REFERÊNCIAS	49
ANEXO 1	52
Texto I	52
Texto II	54
Texto III	55
Texto IV	56
Texto V	57
ANEXO 2	58

1. INTRODUÇÃO

A “linguagem neutra”, como é denominada pelo senso comum que a utiliza e a defende, surgiu através de reivindicações por pessoas não-binárias¹ (n-b), visando permitir a inclusão dessa população na sociedade. A não-binariedade² de gênero faz referência a pessoas que além de transgredirem a imposição social dada no nascimento, entre masculino (para pessoas que ao nascer são designadas enquanto homem por possuírem como órgão genital o pênis) e feminino (para pessoas que ao nascer são designadas como mulher por possuírem vagina), ultrapassam, ainda, os limites das concepções binárias de gênero, fixando-se ou fluindo em diversos pontos que as ligam ou distanciam, no espectro entre masculino e feminino. Sendo assim, pessoas não-binárias não se identificam exclusivamente nem como homem, nem como mulher, podendo permear entre diferentes formas de ambiguidade, multiplicidade, ageneridade, ou, outra fluidez em suas identificações que não sejam vinculadas diretamente aos órgãos sexuais. Butler (2003) defende que gênero e sexo foram conceitos culturalmente construídos para serem distintos e assim poderem ser naturalizados para justificar preconceitos.

Tendo isso em perspectiva, este trabalho tem como objetivo geral analisar como cinco profissionais da área de letras fundamentam seus posicionamentos em relação ao uso da marcação de gênero para pessoas não-binárias numa perspectiva da língua escrita, já que, para a escrita, a integração do “x” e do “@”, traria uma maior possibilidade de uso do que para a oralidade, uma vez que, tornariam-se impronunciáveis as classes gramaticais que aderissem estes símbolos. Para isso, fundamentado pela Análise de Discurso Crítica (ADC) (FAIRCLOUGH, 2001), foram analisadas postagens desses profissionais na rede social Facebook. Este estudo foi desenvolvido a partir de um conjunto de dois objetivos específicos: a) identificar os posicionamentos presentes nas discussões e b) verificar o embasamento teórico apresentado nos posicionamentos identificados.

O estudo justifica-se a partir de três aspectos: o âmbito social, o pessoal e o profissional. No âmbito social, este assunto tem plena importância, uma vez que, para

¹ É uma pessoa que não se identifica nem com o gênero feminino e nem com o masculino, sendo importante sempre perguntar como ela quer ser identificada. (UNIPAMPA, s/d, p. 18)

² É a característica da pessoa que pode vivenciar identidades agênero (sem gênero), de gênero neutro (andrógeno), bigênero (vivendo os dois gêneros) ou buscando outras identidades fora da definição de homem/mulher ou masculino/feminino. (UNIPAMPA, s/d, p. 18)

a ADC, o sujeito é constituído pelo discurso e constrói processos discursivos que podem transformar o contexto social dos indivíduos. Nesse cenário, pessoas não-binárias precisam da linguagem para serem incluídas em diversos contextos sociais, como na área da educação, de modo que possa ajudar a diminuir a evasão escolar, pois, conforme pesquisa realizada pela Comissão de Diversidade Sexual da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), 82% das pessoas transgênero e travestis evadem das escolas. Essa inclusão pode gerar impactos também na área da saúde, garantindo o direito da pessoa de ser atendida da maneira que se identifica em um atendimento médico, e, também, visando o bem-estar dessas pessoas em vários outros contextos do cotidiano, possibilitando a relação humana e também a aproximação desta população do restante da sociedade. Isso se faz importante, porque o Brasil é considerado, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), o 8º país com maior índice de suicídio³ de pessoas trans, estimando-se que cerca de 42% dessa comunidade já tenha tentado o suicídio, independentemente da idade.

Já em um contexto pessoal, vejo este assunto como algo que dá a uma pessoa a dignidade de existir e ser respeitado enquanto cidadão. Enquanto homem transgênero⁴ binário⁵ passei, e ainda passo, pela questão de ser tratado com os pronomes adequados, neste caso, *ele/dele*, suprimindo o espectro da binariedade e seguindo os eixos da masculinidade pressuposta. De qualquer forma, por já ter tido maiores problemas de enfrentamento ao preconceito, quando buscava o reconhecimento da minha identidade e por entender como é ser desrespeitado até mesmo das menores formas, sinto-me extremamente impactado quando outras pessoas ainda sofrem por isso cotidianamente. Há, portanto, de fato, muitas outras pessoas que ainda precisam ser respeitadas enquanto parte da sociedade em que vivemos e, com essa possibilidade de marcação de gênero para pessoas não-binárias na linguagem, volta a aparecer a esperança de sermos incluídos e incluirmos mais pessoas na sociedade.

Já no âmbito profissional, enquanto futuro professor, penso que a melhor forma de aproximarmos as pessoas não-binárias é partindo do acolhimento, tornando

³ Fonte: <https://antrabrazil.org/2018/06/29/precisamos-falar-sobre-o-suicidio-das-pessoas-trans/>

⁴ O termo transgênero atualmente é um termo "guarda-chuva" que abarca as pessoas nas quais a identidade de gênero diverge da atribuída ao nascimento: transexuais, travestis, não-binárias, entre outras. Ele comumente é abreviado para "trans" Disponível em: bit.ly/3n6ru7f

⁵ Binarismo de gênero é o comportamento social normativo de só se visibilizar e legitimar uma única possibilidade (masculino ou feminino) de ser/estar no mundo. (UNIPAMPA, s/d, p. 04)

possível que essa população se sinta parte da sociedade. Estudar esse assunto, para mim, é como abrir portas para que outras pessoas sejam reconhecidas, tenham cidadania e voz também, podendo participar da sociedade com todos os seus direitos assegurados.

É importante ressaltar que, durante a pesquisa de material para o desenvolvimento do trabalho, foi de extrema importância ter muita cautela para não cometer nenhuma discriminação na busca pelas informações, pois sendo um homem trans, que assume um papel condizente com a binariedade, procurei, a fim de entender melhor a identidade de gênero não-binária, frequentar grupos e páginas de Facebook voltadas para pessoas que se identificam dessa forma. Busquei também sempre deixar claro, para as pessoas responsáveis desses grupos, que estaria naquele espaço para aprender e tentar fazer alguma diferença que contribuísse para o avanço deste debate tão importante.

Então, comecei a seguir páginas na rede social colocada anteriormente (Facebook), destinadas para pessoas não-binárias. Solicitei a participação em grupos destinados a esta população para que pudesse conhecer mais sobre o assunto e, também, para saber se não estaria invadindo um espaço que não fala diretamente sobre minha vivência. Com isso, pude perceber que, entre a própria comunidade trans, há pessoas que não têm conhecimento sobre a binariedade e a não-binariedade, o que acarreta uma falta ainda maior de visibilidade para a população que se sente acolhida nesse espectro de identidade enquanto n-b.

A partir desse entendimento, tornou-se possível que eu pudesse começar a estudar esse assunto, para, quem sabe, tentar colaborar com a diminuição da discriminação de pessoas não-binárias, evitando que sejam cada vez mais excluídas da sociedade. A relevância disso se deve ao fato de que o Brasil, por ser considerado o país que mais mata pessoas trans binárias ou não-binárias, no mundo, dificulta muito o acesso de pessoas transgênero a informação, educação, saúde, mercado de trabalho e em vários outros contextos sociais, fazendo com que essas pessoas desconheçam até mesmo os seus direitos e fiquem à mercê de uma sociedade conservadora e preconceituosa.

Durante o tempo de pesquisa e acompanhamento do assunto, parte da população começou a usar pronomes, substantivos e adjetivos com o símbolo “@” e “x”, a fim de neutralizar o gênero pressuposto, tendo como exemplos: “elx”, “el@”,

“tod@s”, “todxs”, entre outros, o que acabou gerando uma certa problemática: Como seriam traduzidos esses símbolos na oralidade, como seria pronunciar determinadas classes gramaticais com o uso do x ou do @, de uma forma que fosse pronunciável? Além de ficar impronunciável oralmente, as pessoas que se comunicam através de Libras não teriam a tradução correta para a sua língua, nem as que utilizam o sistema Braille, que também ficaria sem a tradução possível, gerando problemáticas para essas populações, que, também podem ser não-binárias. Tudo isso pode ocasionar a exclusão pela sociedade devido ao não reconhecimento de seu(s) gênero(s) e também pelo afastamento da neutralidade de gênero de suas formas de comunicação.

A academia, enquanto espaço de desenvolvimento e debate, tem liberdade para estudar essas ideias e conceitos, assim, trazendo a possibilidade de fazer com que possa ser colocada em prática essa nova demanda de adaptação da língua, como uma forma de atualização, em conformidade com as necessidades dos sujeitos falantes, independentemente de seu(s) gênero(s). Além disso, a academia é um dos espaços que pode possibilitar a diminuição do preconceito que existe e exclui a população que não se encaixa nos espectros dos padrões da sociedade.

Este trabalho foi desenvolvido com o apoio na Análise de Discurso Crítica (FAIRCLOUGH, 2001), sendo esta, crítica, porque a sua abordagem foca na relação estabelecida entre linguagem e as práticas sociais, moldando-se reciprocamente. Para apresentar o estudo realizado, o presente Trabalho de Conclusão de Curso está organizado em cinco etapas: I) etapa destinada a introdução do tema, visando explicitar a principal proposta do Trabalho e a importância do tema trabalhado, isso, partindo de três aspectos: âmbito social, pessoal e profissional; II) etapa destinada à revisão bibliográfica sobre a marcação de gênero na sociedade e na língua, os conceitos de sexo e gênero, e, o que são e quais são algumas das identidades não-binárias; III) etapa destinada a discussão da ADC como abordagem teórica; IV) etapa que apresenta os procedimentos metodológicos utilizados para o desenvolvimento do Trabalho, e; V) etapa destinada para a análise e resultados dos estudos.

2. A MARCAÇÃO GÊNERO NA SOCIEDADE

Esse tópico está reservado para a apresentação de estudos que nos permitem entender como é conceituado o “gênero” e como ele está presente na sociedade, atuando de maneira a causar desigualdades sociais quando os grupos hegemônicos se configuram a partir de um só gênero, o masculino. Este esclarecimento se consolida a partir de uma perspectiva social, embasado através de autoras e autores como: Judith Butler, Heleieth Saffioti, Neilton dos Reis e Raquel Pinho.

2.1 Conceituando Gênero Social

Desde 1970, feministas estadunidenses começaram a pensar em uma maneira de mostrar de que forma estava moldada a desigualdade dentro das relações de poder entre homens e mulheres. O termo gênero, que vem do latim *genus* e que já era utilizado para significar raça, extração e família, foi o que trouxe uma oportunidade para que as feministas pudessem caracterizar os espectros que representavam de que forma estava arquitetada essa desigualdade na sociedade. Desde então, o termo “gênero” começou a ser estudado para que pudesse ser utilizado afim de representar um segmento da desigualdade nas relações de poder existente devido a diferença de sexo (macho e fêmea) das pessoas.

Com base nisso, essas historiadoras feministas acreditavam e esperavam que essa nova pesquisa sobre as mulheres fosse capaz de transformar os paradigmas científicos, propondo além de novos temas, a imposição de uma reavaliação crítica dos critérios de trabalhos científicos, implicando, assim, em um novo olhar sobre a história, ou até mesmo, em uma nova história. Essa nova história, para incluir as mulheres como sujeito, dependeria, de como seria desenvolvido o conceito de gênero, enquanto uma categoria de análise.

A construção desse novo conceito seria essencial para a articulação de gênero com classe e raça. Após isso, seria formado um conjunto de três eixos importantes que expressavam a desigualdade e como ela acontecia na sociedade, sendo eles:

gênero, classe e raça (SCOTT e SAMARA, 1997). Esses eixos começaram a mostrar que a desigualdade acontecia de acordo com o desfavorecimento das pessoas, ocasionado por causa do gênero, raça ou classe, e, não sendo possível ter uma percepção completa dessa desestruturação da sociedade sem que houvesse uma ligação entre os três.

Para Matos (1997), gênero é a categoria que tende a explicitar que os perfis masculinos e femininos se definem um em função do outro, pois são

perfis [que] se constituem social, cultural e historicamente num tempo, espaço e cultura determinados. Não se deve esquecer, ainda, que as relações de gênero são um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças hierárquicas que distinguem os sexos e são, portanto, uma forma primária de relações significantes de poder. Sendo uma de suas preocupações evitarem as oposições binárias fixas e naturalizadas, os estudos de gênero procuram mostrar que as referências culturais são sexualmente produzidas, por meio de símbolos, jogos de significação, cruzamento de conceitos, relações de poder, conceitos normativos e relações de parentesco econômicas e políticas. (MATOS, 1997, p. 97-98)

Para analisar o conceito de gênero hoje, é necessário que tenhamos em mente que teremos que passar por um processo interdisciplinar, uma vez que, muitos campos são capazes de ajudar no avanço desse conhecimento e entendimento. A História, a Antropologia, a Sociologia, a Filosofia e a Linguística, são algumas das áreas que nos ajudam a compreender como está sendo constituído, hoje, o processo de relação entre os seres humanos. Mesmo que para determinada área o significado do termo seja diferente, ainda assim, todas acabam se articulando na mesma categoria de desigualdade social, como se todas tivessem a mesma finalidade, entender o que é gênero e o que isso implica nas relações de poder da sociedade. Por isso, é essencial que tenhamos uma conjuntura que seja capaz de nos amparar e possibilitar para que possamos entender o que é gênero.

A diferença anatômica dos sexos, principalmente entre os órgãos sexuais, é vista como uma justificativa natural que foi socialmente construída para relativizar a desigualdade entre os gêneros, especialmente na divisão social do trabalho, e isso acontece porque as diferenças anatômicas são construídas através do princípio de visão social (MIRANDA e SCHIMANSKI, 2014).

A religião também era, como ainda é até os dias de hoje, um dos motivos que alavancaram a desigualdade entre os gêneros, uma vez que, as mulheres deveriam, no pensamento desta instituição, subordinação aos homens, enquanto eles

trabalham, fazem parte da ciência, da política, as mulheres deveriam servir ao lar, a casa, ao marido e aos filhos.

De acordo com um estudo realizado no Brasil, por Nazzari (2001), com relação às mulheres, famílias e a mudança social no período entre 1600 e 1900, mostrou que durante este período os casamentos eram constituídos enquanto arranjos econômicos, onde a família da noiva podia ter mais influência nas decisões do casamento das filhas, o que permitia que pudessem escolher até mesmo o local onde iriam morar e também, que pudessem administrar os bens da família mesmo após o casamento. Esse arranjo econômico de uma filha permitia que fossem ampliadas alianças para a família, de modo em que traria mais um homem para os projetos empreendidos pela família da noiva, fossem eles militares, políticos ou econômicos. Com isso, o dote da filha precedia outros gastos, o que, de certa forma, dava a mulher uma sensação de poder de equilíbrio ou até mesmo uma certa vantagem nas decisões em geral em relação ao homem.

Após a descoberta do ouro houve uma mudança na dinâmica social que levou a várias transformações na sociedade da época, que, de uma sociedade que era baseada na capacidade militar e na família extensa corporativa, foi para uma sociedade que se baseava cada vez mais na posse do capital e na capacidade empresarial, o que possibilitou aos filhos homens que se tornassem mais independentes dos pais, ao mesmo passo em que o comércio permitia que, mesmo com poucos recursos pudessem emergir fortunas (NAZZARI, 2001). Com essa mudança na economia e no comércio, o pacto matrimonial acabou mudando e, assim, possibilitando que os homens pudessem entrar no acordo matrimonial com um maior poder aquisitivo, consecutivamente, passando de escolhidos a escolhedores. O enfraquecimento do patriarca e o desaparecimento do dote foram consequências dessa readaptação (NAZZARI, 2001).

Ao longo desse processo, tornou-se perceptível como as relações de gênero foram afetadas e determinadas através dos interesses econômicos, o que refletia diretamente nas relações de poder. Então, se o dote era o que possibilitava a mulher a permanência na classe social da sua família, o seu desaparecimento traria uma grande mudança (MIRANDA e SCHIMANSKI, 2014). Quando, no período colonial, as mulheres casavam, continuavam levando o sobrenome da sua família de origem. Já no século XIX, como não havia mais o dote, elas passaram a adotar o sobrenome do

marido, o que as tornaria independentes de suas famílias, mas, dependentes do marido (NAZZARI, 2001).

O século XX trouxe alguns avanços e conquistas para as mulheres, porém, longe ainda de conquistar a igualdade que se espera no patamar social, uma vez que as mulheres ainda são colocadas em lugares secundários na sociedade. Entretanto, não se pode negar que os movimentos feministas tiveram grande contribuição para este avanço da valorização da mulher. Para Saffiotti (2004), o conceito de gênero ainda é um conceito aberto, capaz de justificar críticas ao patriarcado que se fundamenta na exploração masculina sobre a condição da mulher. Ainda, apesar de cada intelectual do feminismo focar em determinado aspecto da questão de gênero, a grande maioria, chega ao consenso de que o gênero é um processo socialmente construído para representar o ser masculino e o ser feminino que a sociedade quer manter, seguido dos propósitos de seus valores.

Na relação gênero e sexualidade, a sociedade ocidental moderna considera que a diferença de sexos é primordial para configurar uma identidade de gênero com base nas expressões anatômicas do sujeito, ou seja, entre homem e mulher. Assim, torna-se comum que as pessoas de diferentes sexos haja de acordo com o que o gênero determina, se desenvolvendo de maneiras diferentes em relação às suas atitudes, emoções, vocações, comportamentos, etc. Essa distinção radical e absoluta entre homens e mulheres, partindo da anatomia é normalizada culturalmente, moldando corpos e mentes a fim de se expressarem como o esperado: o homem como o ser masculino e a mulher como o ser feminino, considerando ainda que pessoas que cujo gênero ou identidade social não combine com o sexo biológico são consideradas, por boa parcela da sociedade, como desviantes da relação de norma de gênero (MIRANDA e SCHIMANSKI, 2014).

Portanto, falar em gênero implica diretamente em falar sobre uma identidade de gênero, esta que é forjada no cotidiano partindo do comportamento dos sujeitos. Com isso, o entendimento de gênero está ligado à percepção subjetiva do ser masculino ou ser feminino, indo de acordo com os padrões estabelecidos para homens e mulheres no contexto social.

2.2 Problemas de Gênero

Butler (2003) volta-se para as relações sociais, com ênfase na análise de que o gênero e a sexualidade foram processos construídos performativamente através da cultura e ao longo do tempo, mostrando ainda que foram construídos socialmente em diferentes contextos e que não são somente normativos.

A autora traz em seu livro uma crítica a dois pilares do movimento feminista e dos movimentos sociais: a identidade e a categoria “mulher”, já que, para a teoria feminista existe uma identidade feminina e essa identidade seria o que define o ser mulher, deflagrando os interesses e os objetivos e constituindo, ainda, o próprio sujeito de quem a representação política é almejada. Tal situação dá a sensação, segundo a autora, de que a categoria mulher é algo natural, universal, como se pudesse haver uma essência do sujeito feminino, o que poderia apresentar o termo mulher como uma identidade comum.

Para Butler, entretanto, não é possível que exista uma identidade conforme foi-se construindo até hoje, o que acarreta em pensar que sexo e sexualidade são convenções sociais assim como o gênero. Assim, tanto a identidade como a sexualidade foram termos constituídos a partir das práticas, da performatividade e não existe uma essencialidade de pertencer ou ser de determinado gênero, como a não-binariedade mostra rompendo essa essencialidade binária. Seria, então, o gênero uma construção social tão determinista quanto a noção biológica de sexo, partindo da ideia de que estão naturalizados de forma igual mesmo que só o gênero tenha sido construído socialmente. Com isso, a autora procura fazer uma desassociação de que um determinado sexo corresponde a determinado gênero.

Butler (2007, 2013) traz o conceito de performatividade de modo a significar um comportamento que aprendemos, e, como consequência, copiamos da sociedade, que seriam as formas de como ser homem ou de como ser mulher. Entretanto, em uma situação em que um homem se sente atraído por outro homem e veste roupas que são consideradas socialmente femininas, acaba por sair desse padrão de performance, fazendo assim, com que parte da sociedade passe a tentar encaixá-lo no feminino para tentar suprir essa “fuga”.

Lau e Sanches (2019) afirmam que a autora se preocupa em pensar de que modo a palavra gênero vem sendo usada por vários autores da filosofia, da psicanálise e o modo como isso está organizado de maneira a fazer com que as pessoas pensem no sexo como um aspecto da biologia, e *sexualidade e identidade*

de gênero são vistas como questões culturais e sociais. Através desse mapeamento, Butler (2013) mostra que, principalmente, as autoras da década de 1960 e 1970 aproximam a ideia de gênero de uma questão mais biológica, relacionando ainda mais o gênero a noção de sexo. Para explicar um pouco mais essa questão, a autora ressignifica o conceito de performatividade, com base na teoria dos atos de fala de Austin (1962), buscando mostrar que a identidade de gênero é aprendida, como algo que é repetido no cotidiano da sociedade, de modo que as pessoas aprendem umas com as outras.

A autora explica que

a performatividade deve ser compreendida não como um “ato” singular ou deliberado, mas, ao invés disso, como a prática reiterativa e citacional pela qual o discurso produz os efeitos que ele nomeia. [...] as normas regulatórias do “sexo” trabalham de uma forma performativa para constituir a materialidade dos corpos e, mais especificamente, para materializar o sexo do corpo, para materializar a diferença sexual a serviço da consolidação do imperativo heterossexual (BUTLER, 2007, p. 154).

Para mostrar essa suposta performatividade de gênero, a autora traz o exemplo do filme “Female Trouble”, de John Waters. O filme de comédia tem como personagem principal a travesti Divine e é exatamente essa figura que se torna uma maneira de mostrar que a personificação de mulher sugere de forma implícita que o gênero é uma espécie de imitação persistente, uma performance que acaba se passando como real. A performance da atriz desestabiliza as próprias distinções de gênero denominadas como naturais por onde os discursos quase sempre operam.

Butler esclarece que

[a] performance do drag brinca com a distinção entre a anatomia do performista e o gênero que está sendo performado. [...] ao imitar o gênero, o drag revela implicitamente a estrutura imitativa do próprio gênero – assim como sua contingência. Aliás, parte do prazer, da vertigem da performance, está no reconhecimento da contingência radical da relação entre sexo e gênero diante das configurações culturais de unidades causais que normalmente são supostas naturais e necessárias. No lugar da lei da coerência heterossexual, vemos o sexo e o gênero desnaturalizados por meio de uma performance que confessa sua distinção e dramatiza o mecanismo cultural da sua unidade fabricada (BUTLER, 2013, p.196-197).

Após essa noção do conceito de performatividade através de uma drag queen, é possível enxergar que o que entendemos como feminino e masculino, no que diz respeito a uma questão identitária de gênero, foi uma construção que acabou se

naturalizando, pois, quando se mostra um corpo biologicamente masculino com objetos e/ou acessórios femininos, isso rompe a norma, ainda mais no caso de drag queens, que se apropriam desses adereços e ainda exageram nas performances. A partir disso, é possível questionar a construção social do que se considera feminino e masculino (LAU; SANCHES, 2019).

Para Butler (2003), é necessária uma subversão na temática da identidade, caso isso não aconteça, não será possível atingir uma emancipação da mulher e de quaisquer outros sujeitos que sejam oprimidos, estes que acabam sendo aprisionados por essa categoria da identidade. A autora argumenta ainda que, se buscarmos definir uma identidade para cada movimento político-social, acabamos prendendo os indivíduos a categorias ontológicas engessadas ao invés de os libertar como os movimentos almejam e que isso não vale apenas para o movimento feminista.

Para a filósofa, os conceitos de sexo e gênero devem ser separados, já que as associações entre os dois conceitos são arbitrárias. Butler (2003) salienta que o sexo, assim como o gênero, também é contingente, discursivo, histórico e cultural, o que remete a pensar que ambos são construções sociais performativas que acabaram se infiltrando e consolidando na sociedade ao longo dos tempos como maneira de caracterizar determinados grupos políticos-sociais.

A partir dos estudos de Butler, Reis e Pinho (2016) propõem a reflexão, em relação ao que consideramos natural para o que é sexo e sobre a dicotomia polarizada entre sexo e gênero, de que o gênero começou a ser definido como uma forma de organização social dos sexos, partindo de um entendimento que pode variar ao longo do tempo ou entre culturas. Para isso, foram levantados questionamentos sobre a descontinuidade entre os dados que seriam estruturalmente natural, neste caso, o sexo e, do outro lado, o gênero, que teria sido socialmente construído. Isso viabilizou a ideia de que os conceitos e as interpretações de que há, na espécie humana, o macho e a fêmea, também foram construídos culturalmente através do campo biológico que explica a natureza da humanidade. Quando se contesta essa característica rígida sobre o que é sexo, torna-se possível pensar que o sexo é tão culturalmente construído quanto o gênero. Butler (2003, p. 34) provoca apontando que “a rigor, talvez o sexo sempre tenha sido o gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero revela-se absolutamente nenhuma”. (REIS e PINHO, 2016).

Portanto, se considerarmos que a identidade social de um sujeito o representa e afirma politicamente a sua posição na sociedade, e que, caso esse indivíduo não se manifeste socialmente de acordo com os padrões que são impostos pela heteronormatividade⁶, isso poderá resultar em novas possibilidades de reivindicarmos que o considerado normativo seja investigado. Como exemplo disso, pensa-se em um sujeito que se identifica com uma identidade ou expressão de gênero não-binária, isso pode ser considerado uma afirmação política que não segue e cumpre com a ideia de normatividade na sociedade, além de mostrar que não há uma essência propriamente decidida entre ser de um gênero ou ser de outro.

2.3 Identidades Não-Binárias

O termo não-binário faz referência aquelas pessoas que não se identificam exclusivamente com um gênero só, significando assim, que a sua identidade de gênero não se limita apenas entre o masculino e o feminino. Ainda, pessoas não-binárias podem se reconhecer em identidades de gênero múltiplas, sendo possível também que não se reconheçam em nenhuma, ocasionando uma ausência de gênero. A não-binariedade abrange várias identidades diferentes, fugindo diretamente dos padrões do binarismo que determina que tudo seja designado entre masculino ou feminino, por isso, os pronomes utilizados atualmente como “ele/ela, dele/dela”, e substantivos ou adjetivos reduzidos a feminino/masculino, deixam de ser inclusivos para essas pessoas que não se adequam na binariedade de gênero. Algumas das identidades de gênero não-binárias podem ser (ESPECTROMETRIA não-binária, 2015):

1. Agênero: identidade que representa a ausência de gênero, ou seja, a pessoa não se identifica com nenhum gênero, podendo ou não se identificar como transgênero;
2. Andrógine: quando é mesclado o feminino com o masculino, pode acontecer tanto na expressão de gênero⁷, como na identidade de gênero de um sujeito;

⁶ É a expressão usada para descrever o comportamento heterossexual e os comportamentos tradicionalmente ligados a ela como o único padrão de conduta válida socialmente, tornando marginal qualquer forma de relação fora da heterossexualidade, da monogamia e da conformidade de gênero (UNIPAMPA, s/d, p. 13)

⁷ O conceito será esclarecido posteriormente

3. Bigênero: indica pessoas que são totalmente de dois gêneros, sem que haja uma mescla delimitada entre os dois; qualquer combinação de gêneros é possível, não apenas a combinação feminino com masculino;
4. Gênero-fluído: identidade de pessoas que possuem o espectro de gêneros em constante mudança, não sendo restrito a dois gêneros apenas;
5. Intergênero: uma identidade de gênero que é interligada através de uma variação intersexo⁸;
6. Demigênero: termo que identifica vários gêneros onde as pessoas leem suas identidades como sendo parcialmente femininas ou masculinas e parcialmente alguma identidade não-binária; ou ainda, parcialmente agênero e parcialmente alguma outra identidade não-binária;
7. Entre outras como: terceiro-gênero, pangênero, etc...

É importante ressaltar que identidade de gênero, expressão de gênero e sexo biológico são conceitos diferentes, fazendo com que seja possível que a pessoa seja designada com um sexo biológico ao nascer, mas, no entanto, se identifique com uma identidade de gênero, que pode não corresponder a sua expressão de gênero, contribuindo diretamente para os estudos sobre a não-binariedade. Também, cabe salientar que a identidade de gênero não-binária não tem qualquer relação direta com alguém que é intersexo.

O sexo biológico é aquilo que faz referência as características sexuais de uma pessoa, sendo identificado já na hora do seu nascimento por médicos com base nas suas genitálias, assim, podendo ser classificado como masculino (para pessoas com órgãos sexuais como o pênis), feminino (para pessoas com órgãos sexuais como a vagina) e intersexo (que são pessoas que naturalmente nascem com intervenções sexuais ou cromossômicas do sexo feminino e masculino) (Manual de Comunicação LGBTI+ - Aliança Nacional LGBTI, 2018)⁹.

Já a identidade de gênero é o modo de autopercepção de uma pessoa que não se prende a fatores biológicos, podendo ser essa pessoa cisgênero ou transgênero. Pessoas trans podem se identificar dentro do binarismo, unicamente enquanto homem ou mulher, ou, também, podem ter uma identidade não-binária,

⁸ A intersexualidade caracteriza-se por uma variação de características sexuais, órgãos sexuais e padrões cromossômicos, que dificultam a identificação do indivíduo como masculino ou feminino. (Portal Tua Saúde);

⁹ Disponível no Manual de Comunicação LGBTI+ - Aliança Nacional LGBTI+.

trazida por uma expressão de gênero, ausência de gênero ou multiplicidade deste (Manual de Comunicação LGBTI+ - Aliança Nacional LGBTI, 2018).

A expressão de gênero é o resultado da maneira como se comporta socialmente um indivíduo, através da aparência (roupas, cortes de cabelo, maquiagens, etc.), normalmente são caracterizadas por feminino e masculino e quando foge desse padrão passa a ser considerado como andrógino (Manual de Comunicação LGBTI+ - Aliança Nacional LGBTI, 2018).

2.4 A marcação de gênero na língua

Em estudo, Reis e Pinho (2016) mostram que a língua também acabou por adotar uma significação binária em torno do que foi considerado “gênero” historicamente, assumindo assim, formas de expressão binárias. Tal binariedade se expressa tanto nas construções sociais em torno das expressões corporais e, até mesmo, no assunto deste estudo, ou seja, na construção da língua que determina adjetivos e substantivos femininos ou masculinos. Isso acaba relegando a segundo plano a inclusão que seria necessária para pessoas não-binárias na língua, impossibilitando que esses falantes também possam ser participantes ativos na sociedade. Além disso, tal situação acarreta em problemas para explicar a não-binariedade a partir de uma estrutura somente binária, gerando um agravamento que banaliza o não binarismo por não ser possível a compreensão em termos próprios, o que favorece o questionamento da existência de tais marcações linguísticas e, por conseguinte, de tais identidades de gênero.

A principal finalidade da linguagem não-binária é “trazer uma reflexão acerca do binarismo presente na língua portuguesa e a dificuldade de pessoas que não se identificam com o binário de gênero (homem x mulher) nas formas escrita e falada” (LAU, 2018, p. 13). A língua portuguesa do Brasil não possui um “gênero neutro”, sendo assim, perceptível a binariedade pressuposta na linguagem. Automaticamente, já predestinamos o gênero das coisas apenas entre masculino e feminino como, por exemplo “o balde, a mesa”, ainda, nessa mesma linha de perspectiva, com pessoas, não é diferente. A língua portuguesa diferencia e dicotomiza tudo entre masculino e feminino, limitando a linguagem à expressão binária (LAU e SANCHES, 2019).

Para Lau e Sanches (2019), o inglês, na sua própria estrutura linguística, não marca especificamente um gênero binário em todas as palavras, mesmo que, as desigualdades consigam, ainda, se materializar de outras formas, como por exemplo, a remuneração que até hoje é diferenciada de acordo com o gênero. Os autores trazem os exemplos das palavras “teacher”, que, para nós, falantes da língua portuguesa, é traduzida de duas formas: professora ou professor, e, “actor/actress”, que ainda muda o gênero conforme uma perspectiva binária. Sinalizam, ainda, para a língua inglesa que tem o pronome “they”, utilizado na forma do singular e já foi dicionarizado como um pronome neutro. Mesmo assim, quando traduzido para o português só admite duas formas possíveis: ele/ela.

Moita Lopes (2013) faz o uso do sinal “@”, como forma de ato político que permita marcar uma possível “equidade de gênero” na linguagem, não focando somente no masculino ou no feminino, mas, que fosse válido para esses dois gêneros também.

O linguista afirma que,

do ponto de vista dos falantes e escritores, as variações ideológicas da linguagem são importantes porque acabam influenciando as mudanças linguísticas. As ideologias linguísticas de variação de gênero, por exemplo, têm cada vez mais forçado em círculos feministas (e para além dele) o uso de escolhas lexicais no português como “o ser humano” ou “as pessoas”, em contextos nos quais no passado se usaria “o homem” para se referir à espécie humana. Da mesma forma, muitas feministas têm preferido, o uso de “el@” para evitar o uso de “ele(a)” ou o mais comum “ele” para se referir ao ser humano (MOITA LOPES, 2013, p. 20).

Esse sinal poderia ser utilizado e garantir uma validade, entretanto, seria inviável a pronúncia oralmente. Também, a Libras, segunda língua oficial do país, “que possui gramática e estrutura própria e seu sistema linguístico de natureza visual-motora” (BRASIL, 2002), utiliza esse mesmo sinal para traduzir o alfabeto romano. (LAU, 2018) procura deixar explícito o fato de que a Libras é uma língua e não uma linguagem, porque possui estrutura e gramática próprias, e, com isso, não utiliza a estrutura gramatical da língua portuguesa.

Portanto, Lau e Sanches (2019) trazem essa questão da Libras para mostrar a importância de uma marcação de gênero que fuja da norma e proporcione visibilidade para as pessoas não-binárias, assim, a proposta do pronome “elu”,

por um ato político, para mostrar que o pronome considerado “neutro” em nossa sociedade exclui as pessoas não-binárias, já que elus não se veem como homens nem como mulheres, portanto, não faz sentido para estus a utilização do “neutro ‘eles’”, assim como o feminismo trata esta questão (LAU, 2018, p. 14).

3. ADC COMO ABORDAGEM TEÓRICA

Para o linguista, Norman Fairclough não se pode negar as relações que existem entre a língua e a sociedade, tendo em vista que os efeitos que constituem o discurso contribuem para a construção de identidades sociais, posições do sujeito, relações sociais, sistemas de conhecimento e crenças. Valendo-se disso, cabe salientar que para o linguista os discursos que constituem a sociedade não vêm de um jogo livre ideias que se atravessam na cabeça das pessoas, mas que acontece através de uma prática social que se enraizou em estruturas sociais, materiais, concretas, que se orientam em direção a elas. A posição que o linguista adota para explicar tais relações parte do princípio de que o discurso é aquilo que constitui as práticas sociais e que essas mesmas práticas também constituem o discurso, possibilitando perceber que a contribuição à reprodução ou a transformação acontece através do uso da linguagem, o que pode mudar a sociedade e/ou a cultura, incluindo as relações de poder (Fairclough, 2008: 93)

A Análise de Discurso Crítica é um conjunto de abordagens científicas e interdisciplinares que estudam a linguagem como prática social. É através dessa teoria e método que se pode estruturar as conexões que existem entre o uso da linguagem e as relações de poder estabelecidas na sociedade. A ADC, além de ser capaz de propor reflexões teóricas em torno do funcionamento da linguagem nas práticas sociais, propõe também modos que permitem a análise de textos. Temos, então, na ADC o *texto* como unidade mínima de análise, que possibilita, através dos seus diferentes gêneros discursivos, o estudo das interações e relações sociais, partindo das crenças, valores, contextos e ideologias dos sujeitos e, mostrando que há uma estreita relação entre texto e sociedade (VIEIRA e MACEDO, 2018).

Por isso, é importante que para analisarmos um texto tenhamos consciência de que é preciso incluir o contexto social que fará sua parte descrevendo, explicando, revelando e interpretando os diferentes discursos presentes nas práticas sociais. A

definição de ADC considera que a relação dialética que existe entre o discurso e a sociedade, como se fossem dois objetos que se moldam reciprocamente, exige uma atenção que se concentre nessa relação porque se preocupa em analisar as relações estruturais, que estão presentes, tanto de formas transparentes ou veladas, seja na discriminação, nas relações de poder ou de controle que se manifestam por meio do discurso. No entanto, há conceitos basilares que se tornam necessários para que possamos entender melhor a análise de discurso crítica, sendo eles: o discurso, o poder, as práticas sociais, a hegemonia e a ideologia (VIEIRA e MACEDO, 2018).

Na ADC, o **discurso** tem como significação o texto e a interação, o que torna a linguagem uma forma de prática social que não acontece somente individual ou situacional, e sim, coletivamente. É o modo de ação expresso sobre o mundo e sobre os outros, passando a ser também um modo de representação que constitui um elemento social que estará interligado a outros elementos, o que o torna capaz de se moldar e restringir por meio da estrutura social, contribuindo para a constituição das dimensões de determinada estrutura social (VIEIRA e MACEDO, 2018, p. 57).

Em relação ao conceito de **poder** na perspectiva da ADC, deve-se dizer que está atrelado ao conceito de **hegemonia**, no modo em que esta perspectiva se preocupa com os efeitos ideológicos que os textos têm sobre as relações sociais a favor de projetos voltados especificamente para a dominação. Na ADC, o poder é instável, possibilitando com isso, que as suas relações assimétricas possam ser mudadas, invertidas, superadas, por intermédio da concepção dialética presente na relação de linguagem e sociedade. Com isso, Fairclough (1992/2001), apoiado em Gramsci, define hegemonia como forma de liderança e dominação econômica, política, cultural e ideológica consensuais, demonstrando-se relativamente instáveis em decorrência da dialética que existe entre o discurso e a sociedade, o que traz outra vez possibilidades de mudanças. Para concluir o conceito de hegemonia, a peça chave é que se pode dizer que ela é mais estabelecida através da construção de alianças, integração e consentimento do que apenas pela dominação, entrando aqui as representações ideológicas. Portanto, a hegemonia é a relação de dominação que se baseia no consentimento e a partir disso envolve a naturalização das práticas,

ênfatizando através do conceito de hegemonia, a importância da ideologia (VIEIRA e MACEDO, 2018, p. 58).

Já o conceito de **ideologia** está relacionado com quem se está falando, o quê, para quem e com qual finalidade, e não propriamente com as propriedades linguísticas que tem um discurso, tendo em vista que o que o discurso quer representar não é somente a questão gramatical e sim um processo ideológico que está por trás do que foi dito. Se analisarmos um texto, isto nos permite que possamos considerar quais vozes estão sendo representadas de forma direta ou indireta, se passiva ou ativamente, nominal ou impessoalmente, e quais serão as consequências e reflexos dessas escolhas diante do interlocutor. Na ADC o conceito de ideologia é o que estabelece e sustenta as relações de dominação (VIEIRA e MACEDO, 2018, p. 59). Para Fairclough (1992/2001), a ideologia tem uma existência material, que constitui sujeitos e funciona através da constituição e do posicionamento dos indivíduos como sujeitos sociais. Um momento importante dessa relação seria de que essa constituição e esse posicionamento surgem a partir de várias organizações e instituições sociais, como por exemplo, a educação, a família, a religião ou o direito, e, que transcorrem como dimensões ideológicas do Estado. Para (Vieira e Macedo, 2018), na perspectiva de Fairclough, a ideologia é a significação da realidade que se constrói nas várias dimensões das práticas discursivas, essas que são contribuintes para a produção, a reprodução ou a transformação das relações de dominação, que quanto mais eficientes forem, mais se tornam naturalizadas, não excluindo o fato de poderem ser modificadas durante lutas ideológicas das práticas discursivas.

Um ponto importante dentro da relação entre ideologia e textos é que, como elementos de eventos sociais, os textos têm efeitos causais, ou seja, podem mudar pessoas (crenças, atitudes, valores), também, mudam as relações sociais e mudam o mundo material. Contudo, a abordagem entende que nem todo texto é de um caráter ideológico uma vez que as ideologias são caracterizadas na sociedade através de relações de dominação, e, por isso, nem todo discurso é ideológico.

No que tange às **práticas sociais**, Fairclough entende de maneira a ser uma forma estabilizada de atividade social, justificando que cada prática é uma articulação entre elementos sociais diversos que se configuram de uma forma relativamente estável. Com isso, Fairclough (2001), traz elementos que estão inclusos nessa articulação dentro das práticas sociais: a) atividades; b) sujeitos e suas relações

sociais; c) instrumentos; d) objetos; e) tempo e lugar; f) formas de consciência; g) valores; e, h) discurso.

Quando o autor inclui o discurso dentro do conjunto de elementos que configuram as práticas sociais, expõe de certa forma a reflexão de que sem o discurso, não há práticas sociais, isto porque, para o linguista, o discurso é a língua concebida como uma forma de prática social, uma vez que, para haver relações sociais, é necessário que esteja presente o discurso nessas práticas para que os sujeitos possam interagir socialmente (OLIVEIRA e CARVALHO, 2013).

3.1 O modelo tridimensional de análise

Fairclough (2001) propôs um modelo tridimensional de análise - análise textual, análise de prática discursiva e análise de prática social, sendo representado conforme a Figura 1 a seguir.

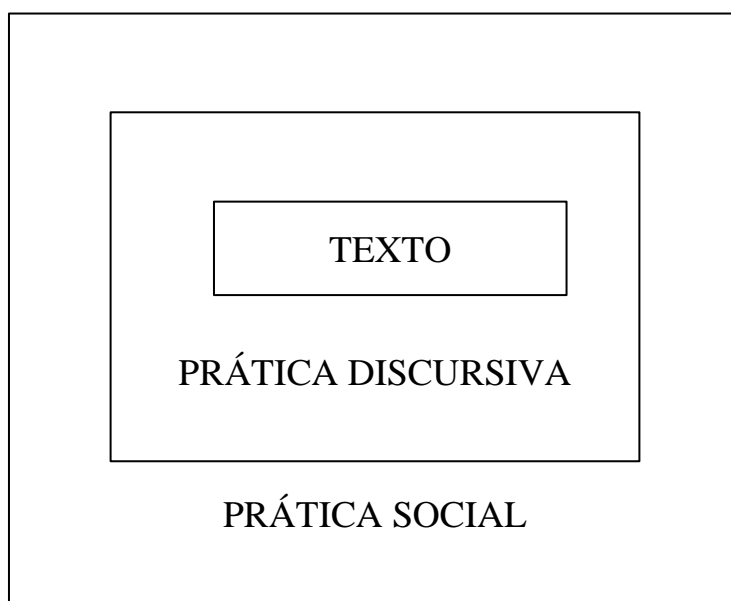


Figura 1 – Modelo tridimensional de análise (Fonte: OLIVEIRA e CARVALHO, 2013).

O autor justifica essa concepção afirmando que “qualquer ‘evento’ discursivo (qualquer exemplo de discurso), é considerado, de forma simultânea, um texto, um exemplo de prática discursiva e um exemplo de prática social. Portanto, o texto é a manifestação linguística da prática discursiva, e, como consequência disso, a prática discursiva é uma forma de prática social.

A análise textual é a dimensão que reflete a descrição das propriedades formais do texto e dos significados dessas propriedades (OLIVEIRA e CARVALHO, 2013). Para que a análise textual seja possível, é necessário que envolva quatro itens que são apresentados em escalas ascendentes: vocabulário, gramática, coesão e estrutura textual. O **vocabulário** se refere às palavras e seus significados, sendo a lexicalização um fator essencial para a análise de um texto, de modo em que, elas apontam para as questões ideológicas presentes no texto; a **gramática** se refere às palavras organizadas em orações e frases, com dois mecanismos gramaticais importantes para analisar um texto: a nominalização e as vozes verbais; a **coesão** faz referência a ligação entre as orações e frases, tendo como mecanismo importante para a análise textual um conector lógico, como as conjunções adversativas, e, a **estrutura textual** é o segmento que trata das características organizacionais do texto (OLIVEIRA e CARVALHO, 2013).

A análise da prática discursiva é o que se refere à interpretação da produção (interdiscursividade e intertextualidade), da distribuição (cadeias intertextuais) e do consumo do texto (coerência). A **produção** é o momento em que o analista pode verificar para que espaços o texto está sendo produzido, através da interdiscursividade, ou seja, especificando os tipos de discursos que estão na amostra do discurso sob análise e como isso é feito, e, através da intertextualidade, especificando o que os outros textos estão contribuindo para a constituição do texto em amostra e de que forma isso acontece; a **distribuição** do texto expõe de que forma ele é colocado socialmente em circulação, através das cadeias intertextuais, descrevendo as séries de textos nas quais ou a partir das quais são transformadas; já em relação ao **consumo** do texto, Fairclough observa que um texto pode ser tanto consumido individualmente, quanto coletivamente, podendo ser consumidos de forma passiva (quando, por exemplo, se assiste a TV), ou de forma contraditória, se constituindo em mecanismos de resistência.

A análise das práticas sociais, que também tem um caráter interpretativo, tem como principal objetivo especificar “a natureza da prática social da qual a prática discursiva é uma parte, constituindo a base para explicar por que a prática discursiva é como é; e os efeitos da prática discursiva sobre a prática social” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 289), com isso, em um formato mais amplo, o analista deve se atentar para os aspectos institucionais nos quais os textos são produzidos e consumidos, e, em

um sentido mais restrito, o analista deve observar os aspectos do contexto imediato, ou seja, quem são os sujeitos que estão envolvidos na produção e recepção dos textos e, quando e onde serão consumidos. Em ambos os sentidos o fator relevante é a questão ideológica e hegemônica presentes na prática social (OLIVEIRA e CARVALHO, 2013).

4. METODOLOGIA

Desde 2017 estive acompanhando, através de redes sociais e portais de informações, o crescente número de pessoas que se identificam como não-binárias e, também, as discussões acerca da marcação de gênero no português do Brasil. Como um homem trans que também buscou reconhecimento e cidadania numa sociedade tão conservadora, comecei a buscar informações concretas que pudessem colaborar para um trabalho sobre esse assunto. A parte mais difícil para poder desenvolver este estudo foi ter que lidar com o preconceito disfarçado de informação, de invalidação da marcação não-binária e até mesmo a invalidação da existência de pessoas n-b.

Para a realização desta pesquisa, considerando o objetivo proposto e o notório interesse pela inclusão de uma marcação de gênero para pessoas não-binárias, comecei a observar como era utilizada a marcação não-binária em páginas destinadas para o público LGBTQI+ e procurar materiais que possibilitassem uma aplicação dessa marcação na língua. Decorrendo do atual cenário, devido à pandemia do novo coronavírus, o que impossibilitou encontros físicos em academias, as discussões começaram a ser feitas através de portais de linguística e redes sociais, tais como Facebook, Twitter e Instagram. Após muitas pesquisas, acabei identificando a rede social Facebook, como principal espaço de discussões acerca do tema, sendo possível perceber que é nesta rede social que as pessoas comumente podem e preferem se expressar e expressar seus pensamentos, nesse novo cenário de enfrentamento a pandemia de COVID-19, o que ofereceu um enorme dinamismo de manifestações e argumentos.

4.1 Critérios de seleção do *corpus*

Para que o trabalho pudesse ser desenvolvido, começamos¹⁰ a pesquisar no campo de buscas do Facebook, tanto em páginas como a da Associação Brasileira de Linguística (ABRALIN), como em grupos abertos e/ou fechados voltados para a comunidade LGBTQI+, as expressões “linguagem neutra” e “marcação não-binária

¹⁰ Nesta seção e posterior utilizamos os pronomes na 1ª pessoa do plural para identificar que o percurso de seleção de *corpus* e os procedimentos de análise foram construídos juntamente ao orientador deste Trabalho.

de gênero”, o que possibilitou que tivéssemos acesso a muitas alternativas de texto, o que possibilitou que pudéssemos encontrar os mais diversos argumentos: baseados na língua portuguesa; velando o preconceito com a população n-b; justificando como seria eficaz a inclusão dessa medida na língua; inferiorizando uma causa que também é justa, uma vez que, tem relação direta com a cidadania dos sujeitos enquanto falantes do português do Brasil; entre outros. Após analisar inúmeros textos, acabamos adotando os seguintes critérios de seleção: I) o texto deveria ter sido postado em uma página pessoal, ou seja, não poderia ser um texto em página institucional ou comentários de uma publicação; II) o texto deveria ser de autoria de um docente com formação em letras, sendo, portanto, professor de educação básica ou de ensino superior e, III) o texto deveria apresentar uma reflexão sobre o uso da “linguagem neutra”.

Logo após analisarmos esses textos, acabamos escolhendo como *corpus* seis publicações que traziam posicionamentos de professores de língua portuguesa e linguistas, o que mais tarde passou a se configurar em cinco posicionamentos, pois em um dos textos não foi possível identificarmos os critérios necessários para concluir a análise. Com isso, temos cinco textos (ANEXO 1) produzidos por profissionais da área de letras, os quais iremos analisar quais argumentos estão presentes, de que formas e através de que campos do conhecimento os autores se utilizam para causar uma reflexão acerca da marcação de gênero num contexto da não-binariedade. A seguir serão apresentados com nomes fictícios, para que possamos prezar pela imagem de cada autor, a profissão e/ou ocupação e a ordem em que os textos serão analisados.

A partir das pesquisas foi possível que tivéssemos materiais para analisarmos amparados através da ADC. O critério para metodologia e desenvolvimento do projeto vai de encontro ao fato da pesquisa objetivar a discussão do papel da linguagem na construção das identidades.

QUADRO 1:

NOME:	ÁREA:	ANEXO:
José	Professor; Doutor em filologia e língua portuguesa; Tradutor; Escritor; atua mais	TEXTO I

	especificamente na área de sociolinguística e literatura infanto-juvenil.	
João	Professor Titular do Departamento de Linguística, Filologia e Teoria Literária; Graduado em Letras; Curso Especialização em Língua Portuguesa.	TEXTO II
Maria	Escritora;	TEXTO III
Marta	Estudou Letras/Português.	TEXTO IV
Vânia	Formada em Letras-Inglês.	TEXTO V

4.2 Procedimentos de análise

Nesta seção foi desenvolvido o processo de análise dos textos. Para desenvolver essa análise sobre os textos produzidos pelos profissionais da área de letras e linguística foi necessário que seguíssemos os seguintes critérios: I) identificação do posicionamento dos autores, que poderiam permear entre: favorável, contrário, ou, não apresentar posição explícita; II) verificação dos argumentos elaborados que fundamentam os posicionamentos através de determinados campos do conhecimento.

5. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Após aplicarmos os procedimentos de análise, foi possível que pudéssemos entender quais posições estavam presentes nos textos. Com isso, foi detectado que dois textos não expressam um posicionamento explícito: I e II. No texto I, o autor traz argumentos embasados na filologia, sociologia e filosofia, além de aspectos linguísticos, porém, não deixa claro se, pessoalmente, ele é a favor. Já no texto II, o autor traz questões que podem auxiliar nas pesquisas e estudos acerca do tempo, mas também não expressa um posicionamento explícito. Nos outros três textos, encontramos manifestações contrárias à possibilidade de uma marcação de gênero para pessoas não-binárias: textos III, IV e V. No texto III, a autor explicita seu posicionamento contrário através de aspectos da língua, indicando até uma certa inferioridade na discussão do assunto, como se tivéssemos coisas mais importantes para nos preocupar, do que a validação e cidadania de pessoas que a séculos **sao** invalidadas. No texto IV, o autor busca, amparado num aspecto sociológico, os conceitos linguísticos normalizados para homem e mulher, estigmatizando a língua sempre num padrão binário. E, no texto V, é possível identificar que autora traz seus argumentos apenas com uma finalidade de encerrar essa discussão, diferente dos autores do texto I e II, que buscam trazer argumentos que questionam de que forma essa atualização da língua poderia acontecer, utilizando-se ainda, esses autores, de campos do conhecimento para justificar algumas mudanças que já foram realizadas na língua através de estudos.

A seguir estão alguns fragmentos dos textos a fim de identificarmos de que forma os textos foram desenvolvidos e partindo de que espectros interdisciplinares podem ser justificados.

5.1 Texto I: Sem posicionamento explícito

01)	<i>Até o séc. 16 existia em português o adjetivo “dino”, escrito assim e pronunciado assim. Em dado momento, porém, filólogos e outros humanistas, querendo reaproximar o português do latim, passaram a escrever “digno”, com um “g” que tinha desaparecido ao longo do tempo. Com isso, o que era mero enfeite gráfico se transformou em pronúncia real, de modo que até hoje pronunciamos “digno” (ou, melhor “díginu”), com um “g” bem audível. E é a única forma admitida pela norma. A grafia, portanto, gerou um fato fonético.”</i>
-----	---

Neste fragmento do texto I é possível perceber que o autor traz exemplos para representar como podem ser realizadas as mudanças e/ou adequações na língua de acordo com a necessidade dos sujeitos que a utilizam. Quando o autor rebusca o sentido de que *“Até o séc. 16 existia em português o adjetivo “dino”, escrito assim e pronunciado assim”* é possível perceber que está trazendo o exemplo de uma escrita arcaica para justificar uma mudança na língua. Isso se repete quando o autor, na continuidade do argumento traz: *“Com isso, o que era mero enfeito gráfico, se transformou em pronúncia real, de modo que até hoje pronunciamos “digno” (ou, melhor “díginu”), com um “g” bem audível.”* Com base nisso, o autor reforça um estudo realizado através da ortografia antiga de palavras, mas que, ao investigá-la e estudá-la, acabaram sendo adequadas de uma maneira em que todo o conjunto da sociedade acabou adotando a forma de escrever e reproduzi-la. Este procedimento de adesão do fonema /gu/, além de ter sido uma inovação fonética da palavra, acabou se tornando no português a única forma gráfica que é admitida pela norma padrão.

Com isso, é possível identificarmos que o autor traz o seu argumento através de uma interdiscursividade de caráter filológico, ou seja, utiliza outro campo do conhecimento para identificar e explicitar de que maneiras as mudanças na língua vem acontecendo século após século, o que possibilita entender que a língua se adapta de acordo com as necessidades dos falantes. A **Filologia**, portanto, é o campo que estuda uma língua através de textos escritos, ou seja, é um estudo científico voltado para o desenvolvimento de uma ou mais línguas que se baseiam em documentos que foram escritos antigamente (PACHÁ e SILVEIRA).¹¹ Podemos identificar então, um caráter filológico ao passo em que o autor traz seus argumentos a partir de escritas que foram se remodelando conforme as necessidades da sociedade, o que permite pensar que há sim, uma possibilidade de começarmos a identificar como as marcações binárias de gênero podem estar excluindo parte dos sujeitos constituintes da língua, uma vez que não os representa.

2)

“Até dada época da história do português existiam construções deste tipo: “El-Rei tem conquistadas muitas terras”. O sentido da frase era: “O rei possui muitas terras que foram conquistadas por ele”. Aos poucos, no entanto, os falantes foram interpretando a locução “ter + particípio passado” como um novo tempo verbal, uma forma de passado, porque para que o rei possuía

¹¹ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=NMAglpu9sSE>

	<i>as terras elas tiveram de ser conquistadas no passado.</i>
--	---

Ainda no texto I, o autor utiliza o estudo filológico para mostrar as constantes alterações e adequações que a língua vem sofrendo ao decorrer dos anos e dos estudos sobre a língua. Quando o autor traz a seguinte afirmação: “*Até dada época da história do português existiam construções deste tipo: “El-Rei tem conquistadas muitas terras”*”, é possível identificar nitidamente uma colocação amparada na filologia, uma vez que, o autor levanta, através dessa fala que pertence ao uso linguístico de um período histórico diferente do que vivemos hoje, uma forma de mostrar que por mais que algumas construções venham a sofrer alterações no modo de serem escritas, ainda assim, não perdem o significado e/ou sentido do que se quer dizer. Através de construções já existentes no uso da língua em outro tempo histórico, podemos adaptá-las para a língua moderna sem fazer com que perca o sentido do que se foi dito. Assim, podemos afirmar que o reconhecimento de um novo tempo verbal causou na língua uma mudança que também foi adotada pela norma padrão.

3)	<i>“No espírito do “politicamente correto”, diversas palavras e expressões têm deixado de ser conscientemente usadas por causa de seu caráter (supostamente) ideológico indicador de opressão, discriminação etc.”</i>
----	--

No fragmento 3 do texto I, o autor começa trazendo uma perspectiva de estudo filosófico quando diz: “*diversas palavras e expressões têm deixado de ser conscientemente usadas [..]*”, ou seja, “conscientemente” nos mostra que, através do estudo da Filosofia sobre a consciência humana, hoje, podemos ter essa percepção do que é certo ou errado e com isso o sujeito pode mudar seu comportamento diante da sociedade. O autor ainda continua sua construção utilizando-se de outras análises filosóficas que nos permitem enxergar como chegamos a conceituação do que é *opressão, discriminação* e o que foi construído até hoje para que esse processo pudesse ser estudado e avaliado a fim de saber porque os sujeitos agem dessa forma e assim, arrumar formas de mudar esse comportamento social. Vale ressaltar que, como **Filosofia**, temos a representação do campo que estuda a natureza da existência humana, do conhecimento, valores,

mente, razão e linguagem, gerando questões fundamentais que são colocadas como “problemas” a serem resolvidos (CUPANI, s/d)¹².

4)	<p><i>“[...] No caso das prescrições vindas do alto (academias, gramáticos etc.), é a posição hierárquica superior que levou ao sucesso dessas intervenções. Nos eufemismos, é a força da religião. Se as soluções atualmente propostas para uma linguagem inclusiva, não-sexista, terão sucesso ou não, tudo depende das dinâmicas sociais. Mulheres, pessoas negras, LGBTQI+, indígenas etc. estivemos sempre em posição subalterna, debaixo do tacho da dominância masculina, branca e (supostamente) heterossexual.”</i></p>
----	--

No último fragmento analisado neste texto I, já no oitavo tópico dos argumentos, também conseguimos identificar um viés sociológico, ao modo em que o autor demonstra através das posições hierárquicas existentes na sociedade como são estabelecidas as relações que se tornam capaz de fazer com que as mudanças aconteçam, tanto na língua quanto na sociedade. Quando ele fala “*é a posição hierárquica superior que levou ao sucesso dessas intervenções*”, percebemos através dessa colocação que a posição hierárquica se refere aquelas pessoas que representam uma hegemonia, os grupos com maiores “poderes” sociais, que existem na sociedade e que são capazes de definir em nome das posições menos “favorecidas”.

Portanto, podemos entender que as mudanças que são necessárias para a sociedade e para o mundo a respeito da diminuição da discriminação são requeridas e sinalizadas por grupos que seguem a hegemonia pressuposta, e que essa, por conseguinte, deveria fazer o papel de representá-las e autenticá-las. Ainda nesse mesmo fragmento, podemos analisar, também, que o autor chama a atenção das e para as classes fundamentadas e analisadas através da sociologia, que estão afastadas das posições hierárquicas de poder: “*Mulheres, pessoas negras, LGBTQI+, indígenas etc.*”, refere-se às classes sociais que são menos favorecidas pelos grupos hegemônicos da sociedade. Traz-se, como conceito para **Sociologia**, o campo que estuda a sociedade e as relações sociais, podendo assim identificar, classificar e analisar a organização social como um todo. O objetivo da sociologia é analisar os

¹² Disponível no Laboratório Interdisciplinar de Ensino de Filosofia e Sociologia: <https://lefis.ufsc.br/o-que-e-filosofia/>

comportamentos social e/ou individual para poder compreender a sociedade e apresentar teorias que venham a permitir intervenções sociais por meio da ciência e outras práticas socialmente aceitas (LEFIS, UFSC - SED/SC)¹³.

Após a análise completa desse texto I, foi possível identificar que não há um posicionamento explícito partindo do autor, entre favorável ou contrário, sobre o uso de pronomes, substantivos ou adjetivos de forma “neutra”, mas, que, ele se preocupa em trazer argumentos que possam solidificar essa hipótese de atualização da língua que visa incluir a marcação de gênero em um contexto não-binário. Isso confirma a ideia de que, se for uma necessidade dos falantes, pode acontecer através de estudos e pesquisas, assim como se molda a língua até hoje, partindo da necessidade de atualização de acordo com o avanço da língua e sociedade.

5.2 Texto II: Sem posicionamento explícito

1)	<i>“Até onde se sabe, gramáticas evitam criar estruturas para desfazê-las (ou desfazer para recriá-las) numa mesma derivação.”</i>
----	--

No fragmento acima, referente ao texto II, é possível identificar que o autor traz um argumento de caráter linguístico para basear seu posicionamento em relação a proposta de linguagem neutra. Isso acontece quando ele traz a questão da gramática, no que diz respeito a não serem estruturadas para que possam ser mudadas, ou, que não se pode desfazer para recriá-las, que é um apontamento de cunho linguístico, mas que não fecha numa possibilidade fixa de ideia que não possa ser estudada e validada.

2)	<i>“Trata-se de um exercício custoso, eu não tenho dúvida. A consequência de pensar a respeito pode ser perder a simpatia de alguns. A consequência, contudo, de ignorá-lo, por mais que nos popularize, é a trivialização do nosso ofício.”</i>
----	--

Em outro fragmento do texto II, é possível identificar novamente um posicionamento do autor que não fica extremamente explícito, mas, que, analisando-o, pode-se perceber que ele não exclui radicalmente essa hipótese de estudos acerca

¹³ Disponível no Laboratório Interdisciplinar de Ensino de Filosofia e Sociologia: <https://lefis.ufsc.br/o-que-e-sociologia/>

da língua. Isso fica visível quando o autor diz: “*A consequência de pensar a respeito pode ser perder a simpatia de alguns. A consequência, contudo, de ignorá-lo, por mais que nos popularize, é a trivialização do nosso ofício.*”. Ao analisar esse fragmento, percebe-se que, por mais que o autor tenha a possibilidade de se abster em relação ao assunto, ainda assim, prefere pensar sobre a questão do que simplesmente banalizar um assunto, que, de fato, é importante para determinada categoria da sociedade que também são sujeitos constituintes da língua, uma vez que se comunicam por ela e através dela.

Portanto, analisando o texto desse autor é possível identificar que seu posicionamento não é diretamente favorável, mas que, também, não é explicitamente contrário a essa sugestão de atualização para a língua. Isso acontece ao modo em que ele levanta, durante o desenvolvimento do texto, questões que possam ser verificadas a fim de estudar a hipótese da marcação de gênero num contexto da não-binariedade, possibilitando, após esses estudos, uma concretização ou não dessa ideia.

5.3 Texto III: Posicionamento contrário

1)	“ <i>Vamos conversar com a tia. Não sou homofóbica, transfóbica, gordofóbica, nãobinariofóbica, e o kralho a 4 que queiram inventar de fobias aí.</i> ”
----	---

A autora do texto III, neste trecho, utiliza-se de conceitos como: *homofóbica*, *transfóbica*, *gordofóbica*, que foram conceitos socialmente construídos para caracterizar pessoas que sentem aversão por determinados grupos sociais motivados por sua identidade de gênero, sexualidade e peso corporal, na tentativa de justificar que não está sendo o que os termos acusam. Mas, para começar, é importante ressaltar que, quando a autora cita todos esses conceitos e os liga à categoria de “fobias”, essa colocação nos permite entender que ela está considerando essas classes como categorias patológicas, o que pode ter passado despercebido pela autora mas que fica explícito com uma reflexão um pouco mais aprofundada acerca do assunto abordado no texto. Ainda, a produtora do texto se coloca explicitamente como “tia”, o que permite pensar que está se colocando enquanto alguém que é uma representação maior, uma posição superior, aos demais que leem o texto, trazendo a

sensação de que está falando para alguém numa posição de inferioridade (como se estivesse falando com um sobrinho, ou, até mesmo, com crianças).

Entretanto, a sociologia nos permite admitir que a autora está, talvez, apenas demonstrando a sua liberdade de expressão, mas, as formas com que continua expressando sua insatisfação com o assunto: “e o kralho a 4 que queiram inventar de fobias aí”, pode ser capaz de dizer exatamente o contrário do que a autora desejava, uma vez que põe, na construção desse texto, uma violência que fica exposta e que não lhe foi atribuída em qualquer momento anterior. Isso pode tornar possível que, analisando determinada construção, possamos enxergar justamente o que os conceitos nos remetem, quando caracterizamos os preconceitos existentes na sociedade, de pessoas que alguns sujeitos, mais instruídos socialmente, se aproveitam das formas de liberdade de expressão para velar um preconceito.

2)	<i>“Em português, a vogal temática na maioria das vezes não define gênero. Gênero é definido pelo artigo que acompanha a palavra. Vou mostrar pra vocês: O motorista. Termina em A e não é feminino.”</i>
----	---

Neste fragmento do texto III, é possível perceber que a autora se utiliza de argumentos linguísticos para que possa basear o seu argumento e, assim, justificar o porquê se tornaria inviável uma marcação de gênero num contexto n-b. A autora ainda defende que o que define o gênero de uma palavra é o artigo que o antecede, porém, alguns substantivos podem não precisar de um artigo antecedente para caracterizar o gênero, como no próprio exemplo citado pela autora em “O motorista”, se não tivéssemos o artigo definido “o”, para explicitar o gênero masculino junto ao adjetivo, já estaríamos evitando essa pressuposição de gêneros binários. A língua nos fornece várias opções de formação de períodos que tragam as mesmas informações, sem que percam o seu sentido. Nesse mesmo exemplo, poderíamos utilizar: “A pessoa que é motorista”, presumindo o mesmo sentido para se dirigir a quem quer solicitar/chamar e sem pressupor o gênero da pessoa que está nessa posição. Também há um certo equívoco quando a autora do texto traz: “*Em português, a vogal temática na maioria das vezes não define gênero.*”, pois definir o gênero não é o principal papel da vogal temática.

3)	<i>“Meu conselho é: ao invés de insistir tanto na coisa do gênero, entendam de uma vez por todas que gênero não existe, é uma coisa socialmente construída. O que existe é sexo.”</i>
----	---

Nesse último fragmento do texto III, é possível identificar que a autora, além de se aproveitar de fatores linguísticos durante a construção do texto, parte, ainda, para um aspecto sociológico, trazendo duas construções (sexo e gênero) que foram fundamentadas social e culturalmente, como algo que não tem quaisquer relação, mas, é perceptível nos meios sociais e no cotidiano, que, para a maior parte da sociedade, ainda são vistas como um dependente do outro para identificar os sujeitos logo após o seu nascimento.

Portanto, após o processo de análise do texto III, fica explícito o entendimento de que a posição da autora é desfavorável no que diz respeito a marcação de gênero na língua portuguesa em um contexto não-binário. Isso se constitui a partir de todos os argumentos que a autora traz para a elaboração de seu texto, e, também, a partir de uma violência que fica implícita quando inferioriza que o assunto não tem relevância para ser debatido.

5.4 Texto IV: Posicionamento contrário

1)	<i>“Homens dizem obrigadO e mulheres dizem obrigadA. Quem quer que se identifique como sendo do gênero oposto, estará igualmente sujeito às regras gramaticais.”</i>
----	--

Neste fragmento do texto IV, o autor busca informações que são fornecidas através de estudos sociológicos para os conceitos atribuídos socialmente que designam o que é o ser “homem” ou o ser “mulher”, e, a partir disso organiza suas ideias linguísticas, reforçando um paradigma que não condiz com as mudanças feitas durante as atualizações da língua em uso de acordo com a necessidade dos falantes. A própria Sociologia já tem possibilitado que possamos questionar esses conceitos atribuídos para homem e mulher, o que permite que essa ideia de determinar a língua num padrão binário de gênero possa ser questionado também.

Vale ainda ressaltar que, nem toda pessoa trans/não-binária se identifica presumidamente em um gênero oposto, como já exposto anteriormente neste estudo,

suas identidades não transcorrem apenas entre homem ou mulher e, sim, podendo estar presente em outras formas de identificação: ambígua, múltipla, agênero, ou outras formas de fluidez em suas identificações que não as formas binárias de gênero. Portanto, há um equívoco em falar que: “*Quem quer que se identifique como sendo do gênero oposto, estará igualmente sujeito às regras gramaticais.*”, uma vez que não há possibilidades gramaticais no português para as pessoas que não se identificam dentro da binariedade de gênero.

2)	“ <i>Não é necessário o vil uso de pronomes/palavras neutras que NÃO EXISTEM, é uma invenção errônea que foge às regras da Língua Portuguesa deturpando nossa tão linda língua</i> ”
----	--

No último fragmento analisado do texto IV, o autor fala em “*pronomes/palavras neutras que NÃO EXISTEM*”, o que, de fato, é verdade, pois não existem ainda na língua portuguesa do Brasil, mas é justamente isso que se busca atualmente por simpatizantes a favor de uma marcação de gênero n-b, em estudos amparados através da língua e dos estudos sobre gênero e sexo. Com isso, busca-se encontrar medidas para que possam ser incluídas as pessoas não-binárias em contextos formais e/ou informais, sem fazer com que haja um certo apagamento da identidade não-binária, como sugere o autor com as palavras “*valeu*” e “*agradeço*”, já que, para os gêneros binários isso não ocorre.

Também questionamos, afinal de contas, o que seria uma “*invenção errônea*”, já que até os dias de hoje, constantemente, há atualizações na língua de acordo com as necessidades dos sujeitos que a constituem, e que, para considerar um erro, talvez, seria necessário que não existissem indivíduos que fossem contemplados com essa possibilidade de marcação de gênero. Essa afirmação do autor o coloca em um papel de privilégio, uma vez que não precisou buscar por reconhecimento social e linguístico para sua identidade numa sociedade tão conservadora.

Portanto, após analisar esse texto, podemos refletir e perceber que, consolidou-se a ideia de que apenas o binário é válido e, que, tudo que vai contra isso, levanta discussões que não somente falam sobre uma língua, mas também sobre tudo aquilo que temos como ideal e que não estamos dispostos a ceder para que outras pessoas também possam ser reconhecidas social e linguisticamente.

5.5 Texto V: Posicionamento contrário

1)	<i>“[...] como se linguistas fossem Professores Pasquales preocupados com um pretense purismo ou beleza do idioma lusitano, em vez de estudiosos apontando uma grave falha de conceituação de língua, fala, filologia e mecanismos de apreensão e uso, DE QUALQUER IDIOMA, nas propostas de linguagem neutra apresentadas até o momento nas redes sociais.”</i>
----	---

No texto V, é possível identificar que o posicionamento da autora acontece, na maior parte do seu texto, de forma implícita, quando se utiliza do que outros linguistas e/ou estudiosos da área têm argumentado para mostrar que não é viável uma tal marcação de gênero. No fragmento apresentado acima, isso fica exposto quando ela traz: *“em vez de estudiosos apontando uma grave falha de conceituação de língua, fala, filologia e mecanismos de apreensão e uso, DE QUALQUER IDIOMA, nas propostas de linguagem neutra”*. Isso permite entender que a autora concorda e chega à mesma conclusão, mas traz isso de forma indireta a fim de tentar evitar que outras pessoas, que pensam de forma contrária a ela (isso, a favor da linguagem neutra), possam repudiá-la, colocando-a como preconceituosa ou transfóbica, como cita no início do seu texto, que recebeu esses tipos de comentários quando expressou seu posicionamento. No entanto, ainda assim, fica perceptível o seu pensamento acerca do assunto.

2)	<i>“Vi gente que se diz professor de português se recusando a debater a questão, como se ela fosse caso de defesa de norma culta, em vez de apontamento de impossibilidade linguística, estrutural, básica de apreensão e utilização de uma mudança artificial que, DO MODO QUE ESTÁ SENDO PROPOSTA NO MOMENTO, não é passível de uso prático”</i>
----	--

Ainda no texto V, já em outro fragmento, a autora mostra novamente sua posição contrária a marcação de gênero num contexto não-binário, só que, dessa vez, de uma forma explícita, baseando seu argumento através da linguística, colocando-o como algo impossível. A autora sugere, ainda, que: *“DO MODO QUE ESTÁ SENDO PROPOSTA NO MOMENTO, não é passível de uso prático”*, mas não dispõe de outras formas que possam ser verificadas e validadas pela língua, sugerindo implicitamente com isso, apenas um encerramento para o debate, como se fosse algo

que pudesse ser simplesmente esquecido, ignorando a existência de uma comunidade que vem se afirmando cada vez mais nos dias atuais enquanto sujeitos.

Com base nessa análise, é possível identificar não só o seu posicionamento contrário, mas, também, a falta de um diálogo que possibilite otimizar essa ideia para fugir de uma representação binária presente na língua, uma vez que, se pudessemos representar linguisticamente os sujeitos binários, poderíamos também, começar a estudar formas de incluir os sujeitos que se identificam no espectro da não-binariedade e são cada vez mais afastados do convívio social, já que a língua não os ampara.

5.6 Resultados e Relações

Após a análise dos textos selecionados, foi possível que identificássemos dois textos que apresentam posicionamentos não explícitos e três textos que apresentavam posicionamentos contrários à hipótese de uma marcação de gênero que não focalize apenas em gêneros binários na língua. Os dois textos em que seus posicionamentos não estão explicitamente identificáveis entre favorável ou contrário, são os que trazem campos do conhecimento que possibilitam identificar de que forma as mudanças podem acontecer, tanto através de estudos, quanto através das necessidades dos sujeitos que constituem a língua na qual se comunicam.

A hegemonia é um dos principais fatores que favorece a produção desses textos, uma vez que profissionais da área de letras e linguistas têm, mesmo que de forma indireta, um poder maior sobre o resto da sociedade, ao modo em que estudam as áreas de conhecimento da língua e da linguística, possibilitando que desenvolvam seus argumentos com base em materiais que pessoas leigas não teriam normalmente. Sem dizer que, quando é um profissional especializado falando sobre determinado assunto, isso causa nos indivíduos um certo receio em se manifestar sobre os assuntos colocados em debate. Isto permite que vez ou outra, profissionais (de quaisquer áreas), possam vir a sobrepor suas ideologias disfarçadas de argumentações, como modelos que devem se seguir.

Quando falamos em não-binariedade ou em “linguagem neutra”, como é socialmente mobilizada na internet e outros meios de comunicação, acabamos ficando expostos a contra-argumentações que, além de serem apresentadas com

argumentos linguísticos, são colocadas como forma de expressar um preconceito existente em cima daquilo que não corresponde ao padrão que a sociedade considera que seja o certo (o binário). É necessário que se continue estudando e analisando as maneiras de tornar a língua brasileira uma língua que não exclua parte dos seus sujeitos, assim como não exclui pessoas que correspondem à binaridade de gênero. Por isso, é importante que, além de sermos profissionais, sejamos também, humanos, e que pensemos no outro sempre como um sujeito que merece reconhecimento e respeito.

Concluo essa análise, portanto, trazendo o princípio de que tudo começa pelo respeito. A partir dele podemos nos constituir e construir um mundo um pouco melhor. Que possamos aproveitar os conhecimentos sociais e/ou culturais para fazer mudanças que não discriminem nenhum ser humano. A língua do Brasil é linda, é rica em aspectos de variedade linguística e com isso, pode favorecer o debate desse assunto que considero importante para a representação de identidades que são a séculos invisibilizadas e ignoradas.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho, portanto, possibilitou que desenvolvêssemos um conhecimento acerca do tema que tem sido socialmente debatido, principalmente por aquelas pessoas que se sentem invalidadas quando não são representadas linguisticamente. É de extrema importância que comecemos a questionar porque a língua está sempre colocando o sujeito em um papel binário, tendo em vista que, atualmente, as identidades binárias já são reconhecidas sócio e culturalmente.

Analisar os posicionamentos dos profissionais da área de Letras nos permitiu identificar que esse debate já está alcançando o seu primeiro objetivo, que é ser discutido por aqueles profissionais (linguistas, professores, filósofos, sociólogos, filólogos, entre outros), que podem trazer construções/questionamentos que ajudem a desmistificar o padrão binário da língua. Faz-se necessário que, cada vez mais, comecemos a questionar os discursos hegemônicos, já que esses discursos são o que determinam o que deve ser aceito ou não.

Enquanto homem transgênero, trago isso já de forma pessoal, faço parte de uma comunidade que historicamente vêm sendo invalidada e violentada através de preconceitos que precisam mais do que urgentemente ser vedados da existência social. Nosso país é considerado, como já citado anteriormente, o país mais intolerante no que tange respeito a comunidade LGBTQI+, fazendo com que, além dos altos índices de transfobia, tenhamos ainda que encarar os altos índices de suicídio entre pessoas trans, o que configura um pensamento de que cada vez mais estão apagando nossas existências. Por isso, não poderia deixar de investigar maneiras que possam ser avaliadas e estudadas para que outras pessoas possam ser representadas e identificadas sem o apagamento de suas identidades.

A página ANTRA - Associação Nacional de Travestis e Transexuais¹⁴, em seu perfil no Facebook, publicou um material que sugere maneiras de falar/escrever sem marcações de gênero:

“SUGESTÕES PARA FALAR/ESCREVER SEM MARCAÇÕES DE GÊNERO

- 1. Evite artigos e pronomes de gênero para substantivos uniformes. Ex: Os colegas ajudam João a escrever o texto.” >> “Colegas ajudaram João a escrever o texto.”*
- 2. Use artigo ou pronome indefinidos quando possível. Ex: Algumas tarefas são de responsabilidade dos líderes.” >> “Algumas tarefas são de responsabilidade de líderes.”*

¹⁴ Perfil do ANTRA no Facebook: <https://www.facebook.com/antrabrasil/>

3. *Substitua adjetivos por alternativas neutras. Ex: O leitor sente-se incluído com o uso de uma linguagem neutra de gênero.* >> *“As pessoas que leem o texto sentem-se incluídas com o uso de uma linguagem neutra de gênero.”*

4. *Substitua sujeitos por “pessoas que”. Ex: Os cozinheiros desenvolvem muito o paladar e olfato.* >> *“Pessoas que cozinham profissionalmente desenvolvem muito o paladar e olfato.”*

5. *Use o nome do agrupamento em vez de sujeitos no plural. Ex: Os alunos organizaram um ciclo de palestras na universidade.* >> *“O corpo discente organizou um ciclo de palestras na universidade.”*

6. *Substituição das letras A e O por I, E, U ou Y.*

7. *Pare de usar a palavra HOMEM como sinônimo de ser humano.*

Uma linguagem neutra de gênero é praticável e vem da força hábito. O que é ensinado é a língua portuguesa “padrão”, mas a língua está em constante mutação, juntamente com a sociedade.

O material disponibilizado pelo perfil do ANTRA nos permite encontrar formas, enquanto ainda não está configurado na língua, as formas de pronomes “neutros”, de como não indicar o gênero para se referir a alguém. Isso é, de fato, muito importante, principalmente para a comunidade trans não-binária, que vem enfrentando inúmeras barreiras para validar suas identidades.

Portanto, concluo este Trabalho de Conclusão de Curso, ponderando que, se esse fenômeno linguístico tiver que acontecer, que se comece a pensar em uma ideologia dominante da língua que possa ser colocada de lado, para que seja possível a inclusão de outras formas que vão de acordo com as manifestações das identidades não-binárias, pensando-se, com isso, nos indivíduos enquanto sujeitos falantes de uma mesma língua que precisam ser respeitados e validados sócio-culturalmente e linguisticamente, pretendendo-se assim, diminuir as desigualdades e violências em que somos obrigados a conviver cotidianamente no Brasil.

REFERÊNCIAS

ANTRA BRASIL - Associação Nacional de Travestis e Transexuais. Disponível em: <<https://antrabrasil.org/>>

ARAUJO, A. C. M. **Novos usos da marcação dos gêneros e seus efeitos ideológicos nos domínios discursivos publicitário e jornalístico: E agora revisor?** (2016). Disponível em: <<https://repositorio.uniceub.br/jspui/handle/235/11864>>

BATISTA JR.; J. R.; SATO, D. T. B.; MELO, I. F. (Orgs.). **Análise de Discurso Crítica: para linguistas e não linguistas**. São Paulo: Parábola Editorial, 2018;
- VIEIRA, J. A.; MACEDO, D. S. Conceitos-chave em Análise de Discurso Crítica. Capítulo 3, p. 48.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. 3. ed. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2003;

BUTLER, J. P. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução: Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013;

CUPANI, A. **O que é filosofia?** Laboratório Interdisciplinar de Ensino se Filosofia e Sociologia (LEFIS), UFSC - SED/SC. Disponível em: <<https://lefis.ufsc.br/o-que-e-filosofia/>>

DEFENDI, C.; GOMES, T. **Alternativas que buscam neutralizar o gênero gramatical: Usos e motivações**. The Specialist, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.23925/2318-7115.2019v40i1a7>>

ESPECTROMETRIA NÃO-BINÁRIA. Disponível em: <<https://espectrometria-nao-binaria.tumblr.com/>>

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Universidade de Brasília, 2001.

FERREIRA, A. J., org. **Relações étnico-raciais, de gênero e sexualidade: perspectivas contemporâneas** [online]. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2014, 182 p. ISBN 978-85-7798-210-3. Disponível em: <<https://static.scielo.org/scielobooks/btydh/pdf/ferreira-9788577982103.pdf>>

- MIRANDA, T. L.; SCHIMANSKI, E. **Relações de Gênero: algumas considerações conceituais**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2014, p. 67.

FREITAS, M. A. **Performance e Problemas de Gênero, Judith Butler**. Niterói, 2018, p. 228-234;

GODELIER, M. **As relações homem-mulher: o problema da dominação masculina**. Encontros com a civilização brasileira. Rio de Janeiro, v. 3, n. 8, p. 9-30, 1980.

LAU, H. D.; SANCHES, G. J. **A linguagem não-binária na língua portuguesa: possibilidades e reflexões making herstory**. Revista X, [S.l.], v. 14, n. 4, p. 87-106, sep. 2019. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/revistax/article/view/66071/39460>>

LOPES, L. P. M. Ideologia linguística: como construir discursivamente o português no século XXI. In: MOITA LOPES, Luiz Paulo da. Português no século XXI: cenário geopolítico e sociolinguístico. São Paulo: Parábola, 2013, p. 18-31.

MATOS, M. I. S. Outras histórias: as mulheres e estudos dos gêneros-percursos e possibilidades (Org.). In: _____. Gênero em debate: trajetória e perspectivas na história Contemporânea. São Paulo: Educ. 1997

Momentos Unipampa ElesPorElas: Glossário. Disponível em <<https://unipampa.edu.br/portal/#>>

NAZZARI, M. O desaparecimento do dote: mulheres, famílias e mudança social em São Paulo, Brasil, 1600-1700. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

OLIVEIRA, L. A. (Org.). **Estudos do discurso: perspectivas teóricas**. 1 ed. São Paulo. Parábola Editorial, 2013;

PADILHA, V. B.; PALMA, Y. A. **Vivências não-binárias na contemporaneidade: Um rompimento com o binarismo de gênero**. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13 Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017;

PEDROSA, C. E. F. **Análise Crítica do Discurso: uma proposta para análise crítica da linguagem**. UFS, s/d. Disponível em <<http://www.filologia.org.br/ixcnlf/3/04.htm>>;

PORTAL: Tua Saúde. Disponível em <<https://www.tuasaude.com/>>

REIS, T., org. **Manual de Comunicação LGBTI+**. Curitiba. Aliança Nacional LGBTI / GayLatino, 2018. Disponível em: <<https://aliancagbti.org.br/observatoriogbti/cartilhas-parceiros-observatorio-lgbti/>>;

REIS, N.; PINHO, R. **GÊNEROS NÃO-BINÁRIOS: IDENTIDADES, EXPRESSÕES E EDUCAÇÃO**. Reflexão e Ação, Santa Cruz do Sul, v. 24, n. 1, p. 7-25, abr. 2016. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/view/7045>>

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004

SAMARA, E. M. (Org.). **Gênero em debate: trajetória e perspectivas na história Contemporânea**. São Paulo: Educ. 1997.

SCOTT, J. **Gênero uma categoria útil de análise histórica. Mulher e realidade: mulher e educação**. Porto Alegre, Vozes, v.16, n.2 julho/dez, 1990.

STEARNS, P. N. **História das relações de gênero**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

ZUCCARI, T. **Transgênero, Transexual, Travesti, Pessoa Não-Binária**. São Paulo.
Disponível em: <bit.ly/3n6ru7f>

Texto I

“Me pediram exemplos, aqui vão alguns:

1) Até o séc. 16 existia em português o adjetivo “dino”, escrito assim e pronunciado assim. Em dado momento, porém, filólogos e outros humanistas, querendo reaproximar o português do latim, passaram a escrever “digno”, com um “g” que tinha desaparecido ao longo do tempo. Com isso, o que era mero enfeite gráfico se transformou em pronúncia real, de modo que até hoje pronunciamos “digno” (ou, melhor “díguinu”), com um “g” bem audível. E é a única forma admitida pela norma. A grafia, portanto, gerou um fato fonético.

2) Por alguma razão misteriosa, talvez para se diferenciar do sempre temido espanhol, os grafólogos e gramáticos portugueses impuseram a letra “m” no final das palavras, em lugar do “n”. Sabemos que esse “m” final não se pronuncia, servindo apenas como elemento de um dígrafo que representa, de fato, uma vogal nasal. Assim, o numeral “um” se pronuncia [ũ]. Na forma do feminino, porém, “uma”, cuja pronúncia deveria ser [ũa] (como é em galego e em muitas variedades nordestinas), o “m” é pronunciado, por mera servidão à forma escrita. De novo, a grafia gerou um fato fonético. (Vejam, porém, o comentário de Xoán Carlos Lagares abaixo a respeito deste fenômeno.)

3) Em inglês, até por volta do séc. 16, existia a palavra “luve”. Para que não se confundissem, na escrita manual, o “u” e o “v”, passou-se a escrever “love”. O que era um simples artifício gráfico gerou, mais uma vez, uma palavra nova com nova fonação.

4) Até dada época da história do português existiam construções deste tipo: “EI-Rei tem conquistadas muitas terras”. O sentido da frase era: “O rei possui muitas terras que foram conquistadas por ele”. Aos poucos, no entanto, os falantes foram interpretando a locução “ter + particípio passado” como um novo tempo verbal, uma forma de passado, porque para que o rei possuía as terras elas tiveram de ser conquistadas no passado. Essa reanálise acabou sendo absorvida pela tradição normativa, que reconheceu o surgimento de um novo tempo verbal. A pressão do uso sobre o sistema provocou uma reformulação da norma, e a forma sem concordância com o particípio (concordância que até hoje existe em francês e italiano) é a única aceita e a única, de fato, usada.

5) No português europeu, até recentemente, existiam verdadeiras letras “mudas”, que não eram pronunciadas, mas serviam como indicadoras de que a vogal precedente era aberta. Assim, por exemplo, “adoptar” se pronunciava “adòtar”. Com o Acordo Ortográfico 90, esse “p” (e outras consoantes mudas) foi eliminado, se passou a escrever “adotar” (como no Brasil). Algumas pessoas, no entanto, já começam a pronunciar “adutar” (e não mais “adòtar”) porque, no português europeu, na grande maioria dos casos, o “o” átono se pronuncia “u”. Temos aqui uma intervenção consciente, a reformulação ortográfica, que está levando a uma provável alteração nas regras fonéticas (e até fonológicas) da língua.

6) Tal como no primeiro exemplo, os humanistas portugueses do Renascimento, querendo reaproximar o latim do português, impuseram as formas “flauta”, “planta”, “flocos” onde eram mais comuns “fauta”, “pranta” e “froco” (assim aparecem n’Os Lusíadas, por exemplo). Hoje, as formas “fauta”, “pranta” e “froco” são consideradas “erradas”, fala de gente sem instrução, embora ainda aparecessem em textos escritos formais no séc. 19. De novo, uma intervenção consciente gerou novos fatos fonéticos.

7) Em diversas culturas linguísticas, os nomes das entidades sobrenaturais (boas ou más) são evitados, seja por dogma religioso (“não usarás o nome de Deus em vão”) ou para impedir malefícios. Assim, por exemplo, no Brasil, temos os eufemismos “diacho”, “desgrama” e “azeite”, para não dizer “diabo”, “desgraça” e “azar”. Em inglês, temos “Gosh” e “Jeez” para “God” e “Jesus”, além de outros. Em francês, a exclamação “parbleu!” em lugar de “par Dieu!”. São os eufemismos e os tabus linguísticos, muito estudados pelos antropólogos. Em inúmeras culturas tradicionais ameríndias, africanas, asiáticas e oceânicas há palavras que só podem ser ditas uma vez por ano, ou só por homens (tendo as mulheres que substituí-las por outras) etc. São usos coletivos, mas exigem uma consciência clara das proibições.

8) No espírito do “politicamente correto”, diversas palavras e expressões têm deixado de ser conscientemente usadas por causa de seu caráter (supostamente) ideológico indicador de opressão, discriminação etc. Recentemente, por exemplo, muitas pessoas deixaram de dizer “escravo”/“escrava” e passaram a usar (eu mesmo) “escravizado”/“escravizada”. São incontáveis os exemplos. Mas cito mais um: o povo tradicionalmente chamado “cigano” agora é chamado “rom” (plural “roma”), por causa da forte carga pejorativa que pesa sobre “cigano” há séculos.

Os exemplos acima mostram intervenções conscientes (aquilo que a linguista inglesa Deborah Cameron chama de “higiene verbal”) na língua. No caso das prescrições vindas do alto (academias, gramáticos etc.), é a posição hierárquica superior que levou ao sucesso dessas intervenções. Nos eufemismos, é a força da religião. Se as soluções atualmente propostas para uma linguagem inclusiva, não-sexista, terão sucesso ou não, tudo depende das dinâmicas sociais. Mulheres, pessoas negras, LGBTQI+, indígenas etc. estivemos sempre em posição subalterna, debaixo do tacão da dominância masculina, branca e (supostamente) heterossexual. Por isso, para muita gente, as propostas de linguagem inclusiva são “aberrações”, “irracionalidades”, “inutilidades” etc. Mas quando um professor de português branco famoso na mídia diz que o certo é “alugam-se salas” e não “aluga-se salas”, todo mundo se prostra e corre para obedecer. Tudo depende, enfim, de quem diz o quê e a quem, do lugar que a pessoa que fala ocupa na ordem do discurso (um conceito que acho mais interessante do que o enxovalhado “lugar de fala”). Se essa pessoa é mulher, negra, indígena, pobre, LGBTQI+ etc., seu lugar nessa ordem não lhe permite lançar propostas que sejam de imediato aceitas por todo mundo. Afinal, não basta ter o que dizer: é preciso poder dizer.”

Texto II

“É de todo equivocada a interpretação de que uma abordagem formal da linguagem desconsidera o uso. Pra ficar no âmbito das alternativas para neutralização de gênero gramatical, é evidente que, se estamos diante de uma forma efetivamente em uso, trata-se de um fato sociolinguístico. Isso, porém, ao contrário de nos liberar, impõe, mesmo que eventualmente com algum desconforto, pensar sobre as restrições estruturais que concorrem pra que um morfema se exponencie de dada forma numa língua.

Vejam esta proposta que circula por aí:

- "professore" seria o neutro para "professor/a";
- "professories" seria seu plural, para se opor ao plural masculino, "professores";
- palavras terminadas neste hiato/ditongo são raras e facilmente monotongam em PB: car[ie] ~ car[jɪ] ~ car[ɪ], sér[ie] ~ ser[jɪ] ~ ser[ɪ];
- resultado: o neutro e o masculino seriam homófonos (ou sincréticos) no plural.

Alguns problemas? não há outros itens homófonos na língua? pergunta um aluno antenadíssimo que tive e que me honrava ontem com sua audiência na live do GEFONO (é vc mesmo, (xxxxxxx xxxxxxxx!)).

Até onde se sabe, gramáticas evitam criar estruturas para desfazê-las (ou desfazer para recriá-las) numa mesma derivação. Tem um efeito que chamamos de "Duke of York" (sobe, sobe, sobe, desce, desce, desce...). Quer dizer, no mínimo teria de haver evidência robusta da coocorrência do hiato com a forma monotongada pra justificar um processo que distinguisse e logo em seguida outro que desdistinguisse essas estruturas.

E este é só um exemplo do que precisamos considerar quando tratamos de mudanças deliberadas.

Trata-se de um exercício custoso, eu não tenho dúvida. A consequência de pensar a respeito pode ser perder a simpatia de alguns. A consequência, contudo, de ignorá-lo, por mais que nos popularize, é a trivialização do nosso ofício.”

Texto III

“Vamos conversar com a tia. Não sou homofóbica, transfóbica, gordofóbica, não-binário-fóbica, e o kralho a 4 que queiram inventar de fobias aí. Eu sou professora de português.

Eu estava explicando um conceito de português e fui chamada de desrespeitosa por isso (ué).

Eu estava explicando por quê não faz diferença nenhuma mudar a vogal temática de substantivos e adjetivos pra ser “neutre”.

Em português, a vogal temática na maioria das vezes não define gênero. Gênero é definido pelo artigo que acompanha a palavra. Vou mostrar pra vocês:

O motorista. Termina em A e não é feminino.

O poeta. Termina em A e não é feminino.

A ação, depressão, impressão, ficção. Todas as palavras que terminam em ção são femininas, embora terminem com O.

Boa parte dos adjetivos da língua portuguesa podem ser tanto masculinos como femininos, independentemente da letra final: feliz, triste, alerta, inteligente, emocionante, livre, doente, especial, sedutor, agradável, etc.

Terminar uma palavra com E não faz com que ela seja neutra.

A alface. Termina em E e é feminino.

O elefante. Termina em E e é masculino.

Como o gênero em português é determinado muito mais pelos artigos do que pelas vogais temáticas, se vocês querem uma língua neutra, precisam criar um artigo neutro, não encher um texto de X, @ e E.

E mesmo que fosse o caso, o português não aceita gênero neutro. Vocês teriam que mudar um idioma inteiro pra combater o “preconceito”.

Meu conselho é: ao invés de insistir tanto na coisa do gênero, entendam de uma vez por todas que gênero não existe, é uma coisa socialmente construída. O que existe é sexo.

Entendam, em segundo lugar, que gênero linguístico, gênero literário, gênero musical, são coisas totalmente diferentes de “gênero”. Não faz absolutamente diferença nenhuma mudar gêneros de palavras. Isso não torna o mundo mais acolhedor.

E entendam em terceiro lugar que vocês podiam tirar o dedo da tela e parar de falar abobrinha, e se engajar em algo que realmente fizesse a diferença ao invés de ficar arrumando pano pra manga pra discutir coisas sem sentido.

Tenham atitude! (Palavra que termina em E e é feminina). E parem de ficar militando no sofá. (Palavra que termina em A e é masculina).

Enfim, é isso.

(Isso é uma palavra neutra, sabiam?)”


Texto IV

18 de setembro às 19:43 - 🌐

SIMPLES ASSIM!
Homens dizem obrigadO e mulheres dizem obrigadA.
Quem quer que se identifique como sendo do gênero oposto, estará igualmente sujeito às regras gramaticais. Dessa maneira, homens trans podem dizer "obrigadO" e a mulheres trans "obrigadA". Quanto aos não binários, ou seja, aqueles que não se identificam nem como homem nem como mulher, sugiro o uso de sinônimos neutros como "valeu", em casos informais, ou "agradeço", em casos mais formais.
Não é necessário o vil uso de pronomes/palavras neutras que **NÃO EXISTEM**, é uma invenção errônea que foge às regras da Língua Portuguesa deturpando nossa tão linda língua.
~Professor [redacted]

Edit1. Pessoinhas, deixem de show! Não estou obrigando ninguém a falar de determinada forma. Como professor, ensino o correto; se vão ou não falar e escrever assim, cabe a vocês decidirem, mas reclamar aqui não vai mudar o que é certo. Claro que a língua é viva e está em constante evolução, pode ser que um dia os pronomes neutros adentrem nossas gramáticas. Quando - e se - isso acontecer, os ensinarei com muito prazer. Porém, esse dia ainda não é hoje!

Edit2. Sigam nossa página para mais dicas de Língua Portuguesa.
[https://www.facebook.com/\[redacted\]](https://www.facebook.com/[redacted])



A cartoon illustration showing a woman on the left and a man on the right. The woman has dark hair in a bun and is wearing a blue top. She has a speech bubble above her head that says "Obrigada!". The man has light brown hair and is wearing a blue striped shirt. He has a speech bubble above his head that says "Obrigado!". The background is a light blue gradient.

Texto V

"Muitas pessoas me pediram post sobre minha opinião (crítica) quanto ao uso de "linguagem neutra" nos últimos dias, ou me marcaram em posts alheios, solicitando comentário.

Comentei extensivamente em alguns, me abstendo de fazer um textão só meu pelo conhecimento prévio da quantidade de acusações de preconceito/transfobia/elitismo/academicismo/cisgeneridade/binarismo que teria que rebater, não pelo receio de ser incapaz de rebatê-las, mas pela relutância em dedicar horas de meu tempo tão escasso para tal.

Nos comentários que fiz em alguns posts, fiquei absolutamente aterrorizada com a quantidade de pessoas dizendo que, pelo português ser língua de colonizador, o choro dos linguistas era livre -- como se linguistas fossem Professores Pasquales preocupados com um pretense purismo ou beleza do idioma lusitano, em vez de estudiosos apontando uma grave falha de conceituação de língua, fala, filologia e mecanismos de apreensão e uso, DE QUALQUER IDIOMA, nas propostas de linguagem neutra apresentadas até o momento nas redes sociais.

Vi pessoas batendo no peito, orgulhosas de terem abandonado a faculdade de Letras, "cheia de beletistas metidos à besta". Vi gente que se diz professor de português se recusando a debater a questão, como se ela fosse caso de defesa de norma culta, em vez de apontamento de impossibilidade linguística, estrutural, básica de apreensão e utilização de uma mudança artificial que, DO MODO QUE ESTÁ SENDO PROPOSTA NO MOMENTO, não é passível de uso prático (por, entre outras coisas, desrespeitar a gramática universal que -- citando Chomsky -- rege a aquisição da língua por seus falantes, independente do idioma).

"Língua de colonizador kkkk caguei"

"Cis sendo cis"

"Olha o elitismo"

"Canceladah!"

Fiquei espantada de ver, vindas de pessoas que condenam abertamente o pensamento terraplanista, anti-vacina e pró-cloroquina -- pessoas cientes do perigo imenso da desvalorização do pensamento científico, da pesquisa e do estudo -- opiniões leigas, emocionadas, ideologizadas, refratárias a qualquer demonstração científica de seu equívoco, cegas quanto ao que há de denominador comum entre elas e as pessoas das quais zombam.

A professora em mim perdeu o sono diante da quantidade não só de ataques e silenciamentos a críticas pertinentes e necessárias ao debate do uso de linguagem neutra (impedindo qualquer avanço nesse campo), como também diante da gravíssima acusação de transfobia feita aos profissionais que tiveram a coragem de pontuar questões linguísticas pertinentes e necessárias a qualquer debate sério da questão -- risco que corro aqui, ao ousar mencionar esse fato.

Mas me estendo. O vídeo de Maria Adélia de Souza me foi enviado por uma amiga que, ao compartilhar de minha angústia perante os rumos desse debate, acabou sendo o bálsamo teórico que acalmou meu coração.

"Muito me preocupa a formação da juventude pela juventude", diz Maria Adélia. Só posso concordar."

ANEXO 2

“Linguagem neutra pode ser considerada movimento social e parte da evolução da língua”¹⁵

A linguagem neutra é uma proposta de reflexão sobre representatividade e objetiva tornar a língua portuguesa inclusiva para pessoas transexuais, travestis, não-binárias, intersexo ou que não se sintam abrangidas pelo uso do masculino genérico. Apesar de amplas discussões sobre o tema nas redes sociais e entre linguistas na academia, a linguagem neutra ou linguagem inclusiva não é uma nova norma, mas uma tentativa de alguns falantes para que o português possa abranger uma parcela invisibilizada da população.

Monique Amaral de Freitas, doutoranda do Departamento de Linguística da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, explica que a linguagem neutra é uma estratégia para evitar o uso do masculino genérico no idioma: “Para se referir a um coletivo de pessoas, a categorias ou coisas desse tipo não se utiliza o masculino na linguagem neutra. Desse modo, não se apaga a existência do gênero feminino ou mesmo de um gênero não binário, ou seja, nem masculino nem feminino”.

Existem diversas propostas de modificação para garantir a inclusão na língua portuguesa. Algumas já são consideradas inadequadas, como o uso do “X” ou do @, porque dificultam a fala e a leitura. Para tornar a frase neutra, basta não deixar evidente o sujeito da frase, porque desse modo não se utiliza o masculino genérico e não ocorre a flexão de gênero. Ou é só substituir a vogal temática e o artigo pela letra “E”, pelo “I” ou mesmo pelo “U”. Por exemplo, a frase “os educadores brasileiros” se torna “es educadores brasileiros” quando as vogais temáticas são trocadas por alguma letra que remete à neutralidade, como o “E”.

Para Heloisa Buarque de Almeida, professora do Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP e pesquisadora do Núcleo de Estudos sobre os Marcadores Sociais da Diferença (Numas), a demanda por uma linguagem inclusiva pode ser considerada um movimento social e faz parte da evolução da língua. “É interessante entendermos isso como um movimento social e de transformação. A sociedade está sempre em transformação. Há discursos conservadores que acham que as coisas são fixas, mas não é assim e nunca foi.

¹⁵ Disponível em: <<https://jornal.usp.br/atualidades/linguagem-neutra-pode-ser-considerada-movimento-social-e-parte-da-evolucao-da-lingua/>>